

1. INTRODUÇÃO A TEOLOGIA

Assim diz o SENHOR: "Não se glorie o sábio em sua sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza, mas quem se gloriar, glorie-se nisto: em compreender-me e conhecer-me, pois eu sou o SENHOR e ajo com lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado", declara o SENHOR
Jr 9. 23-25 (NVI)

No mundo pós-moderno não se trabalha com verdades absolutas, mas sim com a relatividade de conceitos. Não há verdade, mas “verdades”. O apelo emocional em muitos casos leva ao esvaziamento da razão, logo, o mais importante é *sentir* e não *pensar*. Neste contexto social, precisamos entender o que é a Teologia? Qual a sua natureza? Quais suas fontes? Como tem sido pensada na contemporaneidade? Quais são suas divisões e campos de trabalho? Quais são suas abordagens? Diante disso, esse estudo buscará trabalhar estes conceitos fundamentais do estudo da Teologia.

1.1 O conceito de “religião”

Segundo o professor Vilella (2007), Mestre em Filosofia Moral, professor de Filosofia e Filosofia da Educação na Universidade Guarulhos – SP, afirma que, etimologicamente, a versão mais comum [sobre sua origem] diz que a palavra *religião* vem do termo latino *religare* (religar), embora existam autores que preferem outras origens: *reeligere* (reeleger) e *relegere* (reler). Assim, entendemos à luz da revelação de Deus e da observação sobre a existência humana, como bem disse Freire (1996) que, *a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado, necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em movimento* (p. 57,58). Tal inconclusão e conseqüente movimento de busca, revelam este “religar” do homem na direção de sua completude. O homem como ser finito, tendo em si, o que Calvino chamou de *sensus religionis* (senso da religião) e *sensus divinatatus* (senso da divindade) através de suas expressões religiosas nas mais diversas culturas, busca a volta a suas origens. Desde a queda, onde aconteceu o “desligamento”, o ser humano busca por meio dos sacrifícios, penitências, autoflagelação, boas obras, conhecimento, filosofias, viagens astrais, etc, a busca de seu “religamento” ao Sagrado.

Segundo Douglas (1995, p. 1391) a palavra ‘religião’ chegou até nosso português através da Vulgata, onde *religio* é usada para traduzir o vocábulo grego *threskeia* (yrhskeia). Um de seus primeiros usos registrados é numa paráfrase do século XIII d.C., a respeito de Tiago 1.26,27 (NVI) que diz: *Se alguém se considera religioso, mas não refreia a sua língua, engana-se a si mesmo. Sua religião não tem valor algum! A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo.* A palavra também aparece em no discurso de Paulo perante Agripa em Atos 26.5: *Eles me conhecem há muito tempo e podem testemunhar, se quiserem, que, como fariseu, vivi de acordo com a seita mais severa da nossa religião* (Cf. Gl 1.13,14; Fl 3.1-8).

O Léxico de Strong da BOL 3.0 (2002) afirma que, *threskeia* é um substantivo feminino que traz consigo a idéia de: 1) *adoração religiosa; 1a) esp. externo, aquilo que consiste de cerimônias; 1a1) disciplina religiosa, religião.* Em consonância com essa idéia, Douglas (1995, p. 1391) ainda continua nos dizendo que, tanto em Tiago como nos livros

apócrifos, *theskeia* se refere a uma expressão externa das crenças, e não significa (conforme nosso emprego da palavra ‘religião’, em frases tais como ‘religião cristã contrastada com o budismo’) o conteúdo da crença. Por causa da associação do vocábulo *theskeia* com o judaísmo, é bem possível que Tiago tivesse usado o termo de forma irônica. As coisas que Tiago chama de ‘*theskeia* pura e imaculada’, de acordo com seus oponentes, que consideravam-na restringida a um ritual, não seria de forma alguma considerada como uma *theskeia*.

Enfim, é esta incompletude e finitude humanas que impulsionam o homem religioso a querer conceituar, buscar, conhecer e se relacionar com Deus que é o nascedouro do pensar teológico. Obviamente que, quando está fé na é direcionada para o Deus Criador, Sustentador, Salvador e Supremo Senhor, o resultado é o que Paulo nos diz em **Romanos 1**: Cegueira espiritual (v.18-21), idolatria (v.22-23), imoralidade sexual – lesbianismo e homossexualismo (v.24-28), injustiça, maldade, ganância, depravação, inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia, preocupação com a vida alheia, calúnia, inimizade com de Deus, insolência, arrogância e presunção; maquinação para o mal; desobediência aos pais; insensatez, deslealdade, desamor pela família e falta de escrúpulos (v.29-31).

1.2 Racionalidade e Estudo Teológico

Questões problematizadoras:

1. Por que e para que estudar Teologia?
2. É possível equacional o uso da razão com a revelação? Como?
3. O estudo da Teologia nos deixa “frios espiritualmente”, impedindo a ação do Espírito Santo?
4. Como podemos entender esta questão à luz da Bíblia?

Exibição de vídeo: FÉ E CIÊNCIA (RICHARD DAWKINS)

CIÊNCIA	FÉ
<p>1. Investigação e dúvida construtiva, usando <u>lógica e racionalidade</u> para tirar conclusões</p> <p>2. Criação de <u>hipóteses, idéias, modelos</u> e então tenta contestá-los (ceticismo)</p> <p>3. Desafios (<u>testa, compara e confirma as evidências</u> = atualização de teorias)</p>	<p>1. Suspensão da <u>capacidade crítica?</u></p> <p>2. Transforma crenças não testadas em verdades inabaláveis, pelo poder das <u>instituições</u> e pela passagem do <u>tempo</u> (TRADIÇÃO + AUTORIDADE + REVELAÇÃO)?</p> <p>3. Mistérios (<u>mito</u>)?</p>

POR QUE DEVEMOS USAR NOSSAS MENTES?¹

1. **Argumento da CRIAÇÃO²**: *Deus fez o homem à sua própria imagem, e um os aspectos mais nobres da semelhança de Deus ao homem é a capacidade de pensar* (p. 13);

¹ Este material está baseado em STOTT, John. *Crer é também pensar*. São Paulo: ABU Editora, 2001.

² Pv 6.6-11; Is 1.3; Jr 8.7; Ef 4.18; Rm 1.18-23; 8.5-8.

2. **Argumento da REVELAÇÃO³:** *Os fatos simples e gloriosos que Deus é um Deus que se revela a si próprio, e que Ele se revelou ao homem – demonstram a importância de nossas mentes (p. 17);*

Deus se revelou por intermédio de *palavras às menos humanas* (p. 19 – Grifo do autor)

3. **Argumento da REDENÇÃO⁴:** *De fato, a proclamação do e – também feita por palavras dirigidas às mentes humanas – é o principal meio provido por Deus para dar salvação aos pecadores (p. 20)*

Apresentação racional	Apresentação não – racional
Sabedoria humana	Sabedoria divina

4. **Argumento do JUÍZO DE DEUS⁵:** *(...) Deus nos julgará pelo nosso conhecimento e pela nossa atitude em resposta (ou pela falta desta) à sua revelação (p. 23)*
É um pensamento solene o de que, com o nosso anti-intelectualismo, tanto nos opondo como não nos incomodando com o ouvir a palavra de Deus, poderemos estar preparando para nós o juízo do Deus todo – poderoso (p. 25)

A MENTE NA VIDA CRISTÃ

Qual a importância da mente na vida cristã?

a) **O Culto Verdadeiro⁶**

*Somente quando de novo ouvimos sobre o que Deus já fez encontramos-nos em condições de retribuir-lhe com a nossa adoração e o nosso culto. É também por este motivo que a **leitura e a meditação da Bíblia** são uma parte muito importante na devoção pessoal do cristão. **Todo culto cristão, seja ele público ou pessoal, deve ser uma resposta inteligente à auto-revelação de Deus, por suas palavras, e suas obras registradas nas Escrituras** (p. 32)*

AUTOREVELAÇÃO DIVINA

USO DA MENTE

LEITURA
MEDITAÇÃO

CULTO CRISTÃO

b) **Fé: uma crença Ilógica no que não se pode provar?**

- Fé não é credulidade

*A **fé** e a **visão** são postas em oposição, uma á outra, nas Escrituras, mas nunca a **fé** a **razão**. Pelo contrário, a fé verdadeira é essencialmente racional, porque se baseia no caráter e nas promessas de Deus. O crente em Cristo é alguém cuja mente medita e se firma nessas certezas (p. 33 – Grifos meus)*

- Fé não é otimismo

³ Sl 19.1-4; Rm 1.18-21

⁴ I Co 1.21

⁵ Jr 44.4-5; Jo 12.48

⁶ At 17.23; Jo 4.24; Lc 10.27; Sl 103.1-2; Rm 12.2)

Fé em Deus	Fé em si mesmo
------------	----------------

Fé é uma confiança racional que, em profunda reflexão e certeza, conta com o fato de que Deus é digno de todo o crédito (p. 36)⁷

c) A busca da santidade

- *Precisamos saber o que precisamos ser*

- O conhecimento da verdade e a santidade (Jo 8.32)
- “Está escrito” e “também está escrito” (Mt 4.4, 7, 10)
- O autocontrole é, antes de tudo, o autocontrole da mente (p. 40)

- *Precisamos saber o que pela graça já somos*

*Não basta **sabermos** o que deveríamos ser; entretanto. Temos de ir mais além, resolvendo-nos, em nossas mentes, a alcançá-lo. A batalha é quase sempre ganha na mente. É pela renovação de nossa mente que nosso caráter e comportamento se transformam (p. 39-40 – Grifos do autor)⁸*

Temos que considerar não somente o que deveríamos ser, mas também o que, pela graça de Deus, já somos (p. 40-41)⁹

d) A direção dada ao cristão¹⁰

	Vontade Geral de Deus	Vontade Particular de Deus
	Vontade do Senhor para com todo o seu povo, em todas as épocas.	Vontade do Senhor para com pessoas em particular em ocasiões específicas.
Fonte	Escrituras	Princípios Gerais das Escrituras e o bom senso
Passagens Bíblicas	Gn 17.2; Rm 12.2; Ef 5.17; Rm 8.29; I Ts 4.3; I Pe 2.15	Sl 32.8-9

*É, pois, pelo uso de **nosso próprio entendimento**, iluminado pela **Escrituras** e pela **oração**, recebendo o **conselho de amigos**, que Deus nos guiará para conhecermos Sua vontade particular para nós (p. 44 – Grifos meus)*

VONTADE PARTICULAR DE DEUS
Conselhos de amigos segundo as Escrituras
Razão iluminada pelas Escrituras e pela oração
VONTADE GERAL DE DEUS

e) A apresentação do evangelho¹¹

Qual o lugar da mente na evangelização?

⁷ I Sm 30.16

⁸ Rm 12.2; Fl 4.8

⁹ Rm 6.3,16; I Co 3.16; 6.9,15; I Co 5.6; 6.2-3, 16, 19.

¹⁰ Pv 3.6; Ef 5.17; Cl 4.12

¹¹ Rm 10.13-14; 17

- **RAZÃO 1:** Exemplo dos apóstolos (II Co 5.11; At 17.2-4)
- **RAZÃO 2:** A conversão, não poucas vezes, é descrita em termos da resposta de alguém não a Cristo propriamente, mas à ‘verdade’ (Rm 6.17)

Objecções:

1. **Será que esta evangelização não está a serviço do orgulho intelectual das pessoas?**
R: Precisamos fazer diferença entre adular a vaidade intelectual x respeitar a integridade intelectual (I Co 8.1);
2. **Será que esta evangelização não discrimina as pessoas de baixo nível intelectual impedindo que elas ouçam o evangelho?**
R: Precisamos fazer diferença entre apresentação racional e apresentação acadêmica do evangelho (Rm 1.14; II Tm 2.15; Mt 13.19);
3. **Será que esta evangelização não usurpa o trabalho do Espírito Santo?**
R: Precisamos proclamar o **evangelho TODO** (Cristo encarnado, crucificado, ressurreto, soberano, sua segunda vinda e muito mais ainda) à **pessoa TODA** (mente, coração e vontade), sabendo que nosso papel é a proclamação o do Espírito Santo a regeneração (Jô 16.7-11);

6. O ministério e seus dons¹²

O ministério ‘pastoral’ é essencialmente um ministério de ‘ensino’ (At 20.28; Cl 1.28; Tt 1.9 Cf. I Tm 4.13; II Tm 2.15; I Tm 3.2 Cf. II Tm 2.24; II Co 6.6)

APLICANDO O NOSSO CONHECIMENTO

Precisamos conhecer mais para	Adorar mais (Rm 11.33; Lc 24.32)
	Crer mais (Sl 9.10; Hb 4.2)
	Santificar-nos mais (Sl 119.34; Jô 13.17; Fl 4.9; Tg 1.22-25; 2.14-26)
	Amar mais (I Co 8.1; 13.2)

1.3 O que é Teologia e qual a necessidade de estudá-la?

Em primeiro lugar, precisamos entender que *o vocábulo ‘teologia’ contém o termo logos. Teologia é **logia**, lógica, logística fundamentalmente possibilitada e definida pelo **theos*** (BARTH, 1996, p. 18 – Grifos do autor). Fazer teologia é buscar conceituar sobre Deus em sua natureza e pessoa, sua criação na direção da compreensão do processo de redenção na história da salvação. Assim, a pergunta nos conduz a resposta: *De que se trata a teologia? De Deus e tudo o que se refere a ele, isto é, o mundo universo: a criação, a Salvação e tudo o mais. E isso está já na palavra mesma de “teologia” estudo de Deus. Mas como Deus é o determinante de tudo, então, qualquer coisa pode ser objeto de consideração do teólogo. Deus, com efeito, pode ser definido como a realidade que determina todas as realidades* (MEDRADO, 2009)

Quem produz a teologia é o conhecido como teólogo, ou seja, *aquele que busca entender as bases doutrinárias de uma religião, normalmente a religião a que pertence. Teólogo profissional é uma pessoa com instrução avançada e que geralmente atua como professor e escritor* (ERICKSON, 1991, p. 162). Contudo, é preciso dizer que todos fazemos

¹² I Co 12.7

teologia pois todos temos um conceito de Deus e de sua obra na história da humanidade. Logo, até mesmo o ateu é teólogo, pois faz juízo sobre seu posicionamento quanto a divindade.

Em segundo lugar, podemos perguntar: porque estudar teologia? Seria possível o finito conceituar sobre o infinito, o temporal sobre o atemporal, o mortal sobre o eterno? Vale ressaltar que *o conhecimento de Deus é também possível somente porque ele fez o homem à sua própria imagem, de forma que há um ponto de contato entre os dois, a despeito da transcendência de Deus* (CHEUNG, 2001,2003, p. 7). Podemos conhecê-lo porque somos sua imagem e se auto-revelou a nós.

Contudo, como somos limitados, será necessária a busca do conhecimento de Deus para que entendamos nossas origens. Conhecer a Deus é conhecer a nós mesmos. Por isso, *uma das maiores razões para se estudar teologia é o valor intrínseco do conhecimento sobre Deus. Cada outra categoria de conhecimento é um meio para um fim, mas o conhecimento de Deus é um fim digno em si mesmo. E, visto que Deus Se revelou através da Escritura, conhecer a Escritura é conhecê-lo, e isto significa estudar teologia* (CHEUNG, 2001,2003, p. 10)

No entanto, há um repúdio hoje em dia no tocante ao estudo da teologia. Alguns dizem que a teologia é puro academicismo e não tem nada a ver com a vida cotidiana de fé. Há uma dicotomia entre ser teólogo e ser cristão. O primeiro tem como base a doutrina. O segundo, a vida. Entretanto, *um repúdio à teologia é também uma recusa de conhecer a Deus por meio do modo por ele prescrito. O conhecimento da Escritura — conhecer sobre Deus ou estudar teologia — deve estar cima de tudo da vida e pensamento humano. A teologia define e dá significado a tudo que alguém possa pensar ou fazer. Ela está cima de todas as outras necessidades (Lucas 10:42); nenhuma outra tarefa ou disciplina se aproxima dela em significância. Portanto, o estudo da teologia é a atividade humana mais importante* (CHEUNG, 2001,2003, p. 11)

Segundo Erickson (1997, p. 17), o estudo teológico é importante por três razões: (1) Crenças doutrinárias corretas são essenciais no relacionamento entre o cristão e Deus; (2) A doutrina é importante por causa da ligação entre a verdade e a experiência; e (3) A compreensão correta da doutrina é importante porque hoje há muitos sistemas de pensamento religiosos e seculares que disputam nossa devoção. Sendo assim, frente os falsos ensinamentos e necessidade do crescimento espiritual de todo cristão, faz-se necessário a teologia.

1.4 A natureza da Teologia

Neste momento gostaríamos de fazer uma reflexão sobre a natureza da teologia. Tendo Deus como “objeto de estudo”, compreendemos que *a doutrina cristã é apenas a declaração das crenças mais fundamentais do cristão: crenças sobre a natureza de Deus; sobre sua ação; sobre nós, que somos suas criaturas; e sobre o que Deus fez para nos trazer à comunhão com ele (...)* A doutrina lida com verdades gerais ou atemporais sobre Deus e sobre o restante da realidade. Não é apenas um estudo de eventos históricos específicos, tais como o que Deus fez, mas da própria natureza do Deus que atua na história. O estudo da doutrina é conhecido como teologia (ERICKSON, 1997, p. 15-16)

Diferentemente das Ciências Exatas e semelhantemente às Ciências Humanas, a Teologia trabalha com conceitos abstratos e eternos para serem compreendidos concretamente na temporalidade. Por isso, *a teologia representa um dos empreendimentos humanos costumeiramente qualificados de ‘científicos’ que têm por finalidade perceber um objeto ou uma área do fenômeno, compreendê-lo em seu sentido e tematizá-lo em todo o alcance de sua existência – e isso, dentro do caminho indicado pelo próprio objeto em questão. O termo ‘teologia’ parece indicar que ela, por ser uma ciência particular (e muito particular!) visaria perceber, compreender e tematizar a ‘Deus’* (BARTH, 1996, p. 9)

Apesar disso, a Teologia pode ser considerada uma ciência. Entendemos a concepção de Ciência como algo que possui um objeto de estudo delimitado, um problema e uma hipótese, um método lógico e rigoroso de pesquisa e variáveis a serem comparadas, comprovadas e comunicadas. Nesta direção, a Teologia pode ser considerada como Ciência, pois (1) *Aceita as mesmas regras da lógica que as outras disciplinas. Surgindo dificuldades, a teologia não invoca simplesmente um paradoxo ou incompreensibilidade.* (2) *Ela é comunicável – pode ser expressa em forma verbal proposicional.* (3) *Até certo ponto, ela emprega métodos usados por outras disciplinas específicas, especialmente a história e a filosofia.* (4) *Ela partilha alguns objetos de estudo com outras disciplinas. Portanto, existe a possibilidade de pelo menos algumas de suas proposições serem confirmadas ou refutadas por outras disciplinas, tais como a ciência natural, a ciência do comportamento ou a história* (ERICKSON, 1997, p. 18)

1.5 As fontes da Teologia

Para que aconteça a produção da teologia, é preciso levar em consideração quais são as suas fontes. Em que o teólogo se baseia para fazer teologia? Assim, podemos citar as seguintes fontes das quais a teologia faz uso:

1. *Teologia natural.* O universo criado é estudado para determinar certas verdades acerca de Deus e da natureza humana (...) [Cf. Sl 19.1; At 14.15-17; Rm 1.18-21; Rm 2.14-15 – **REVELAÇÃO GERAL**];
2. *Tradição.* Pesquisa-se o que vem sendo adotado e ensinado por indivíduos e organizações que se identificam como cristãos. Assim, o que tem sido crido torna-se norma para o que deve ser crido.
3. *As Escrituras.* A Bíblia é tida como o documento definidor ou a constituição da fé cristã. Portanto, ela especifica em que se deve crer e o que se deve fazer [Cf. Dt 29.29; II Tm 3.16-17 – **REVELAÇÃO ESPECIAL**]
4. *Experiência.* Considera-se que a experiência religiosa de um cristão hoje provê informações divinas autorizadas (ERICKSON, 1997, p. 19 – grifos do autor)

Das quatro fontes citadas acima, a mais objetiva confiável é a das Escrituras. Assim, *teologia, então, refere-se ao estudo da Escritura ou à formulação sistemática das doutrinas dessa. Uma doutrina verdadeiramente bíblica é sempre autorizada e obrigatória, e um sistema de teologia é somente autorizado até onde ele reflita o ensino escriturístico* (CHEUNG, 2001, 2003, p. 5). Assim, (...) *em sua palavra Deus revela o seu agir no horizonte de sua aliança com o ser humano [Revelação do Deus do ser humano] e na história da constituição, manutenção, realização e conclusão desta aliança ele se revela a si mesmo [Revelação do ser humano como ser humano de Deus] (...)* (BARTH, 1997, p. 19)

Em suma, *Deus é o objeto da teologia. Efetivamente, o objeto está para uma ciência como está para uma faculdade ou hábito. A teologia, como função da igreja cristã, deve servir às necessidades da igreja. Um sistema teológico deve satisfazer suas necessidades básicas. A teologia se move para trás e para diante entre dois pólos: a verdade eterna de seu fundamento e a situação temporal na qual a verdade eterna deve ser recebida. Não foram muitos os sistemas teológicos capazes de se equilibrar perfeitamente entre essas duas exigências. Por isso, o assunto da teologia evangélica é Deus – Deus na história de suas ações (... e) A teologia evangélica deixaria de ser ela mesma se, em vez de proclamar os 'grandes feitos de Deus' se dispusesse a constatar e a proclamar um Deus coisificado ou quaisquer coisas ou objetos divinos* (BARTH, 1997, p. 12).

1.6 Divisões da teologia

TEOLOGIA EXEGÉTICA: (...) usando a técnica da exegese, analisa profundamente a Bíblia, cujos princípios de interpretação são estudados pela hermenêutica bíblica.

TEOLOGIA BÍBLICA: (...) usa e organiza os resultados da teologia exegética e estuda também a evolução e o desenrolar da Revelação progressiva de Deus à humanidade, passando obviamente pelo Antigo Testamento e Novo Testamento.

TEOLOGIA SISTEMÁTICA: Com o encontro e o conhecimento das verdades reveladas na Bíblia e, no caso católico, em outras fontes válidas da Tradição, toda essa verdade bíblica é estudada, refletida, debatida, explicada e posteriormente reunida num grande sistema explicativo unificado. Esse trabalho é reservado à **teologia sistemática** (1. Dogmática; 2. Moral; 3. Ascética).¹³

TEOLOGIA APOLOGÉTICA: As verdades, os princípios e os dogmas explicados e estudados pela teologia sistemática iriam ser depois defendidos pela **Apologética** perante a sociedade, as heresias, os ateus e as outras religiões.

TEOLOGIA PRÁTICA: Depois do estudo puramente teórico, a **teologia prática** pretende aplicar as conclusões teológicas ao cotidiano e também estudar o modo como a Igreja comunica a sua fé e as suas verdades, bem como as variadas ações de santificação ou de outra natureza da Igreja no mundo. Neste contexto, a teologia moral tem simultaneamente aspectos sistemáticos e práticos.

TEOLOGIA HISTÓRICA: Finalmente, a evolução da teologia ao longo dos tempos e a História do Cristianismo são estudadas pela **teologia histórica**, que dá especial destaque à recepção e compreensão das verdades reveladas e à evolução na formulação da doutrina ao longo da História. Esta teologia estuda também, como por exemplo, a Patrística, a Escolástica e outras correntes e movimentos teológicos.

Fonte: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_crist%C3%A3 Acesso em: 02. Dez. 2009.

1.7 Abordagens das Teologias Sistemática, Bíblica e da História da Religião

ABORDAGEM	Fonte dos Dados	Metodologia	Hermenêutica
Teologia Bíblica	Cânon das Escrituras	Exegética e Teológica Organização: Conceitual, Tópica e Histórica.	Descritiva e Normativa
Teologia Sistemática	Escrituras Sagradas, Tradição Histórica, Razão (filosofia) e Experiência Humana.	Teológica e Filosófica. Organização sistemática e lógica.	Normativa e Construtiva
História da Religião	Escrituras, documentos de outras religiões, literatura e arqueologia.	Fenomenológica e Histórica: Organização: Cronológica e Genética.	Descritiva

(SAYÃO, 2008)

1.8 O contexto contemporâneo da Teologia

¹³ Disponível em: <http://www.diocesedeanapolis.org.br/doutrina/teologia/definicao.php> Acesso em: 02 dez. 2009.

Veja as seguintes charges e textos abaixo



(BOTELHO, 2009):

O PAI NOSSO EMPRESARIAL

Pai nosso, que estais nos céus, Comercializado seja o vosso Nome. Venha a nós muito dinheiro. Seja feita a nossa vontade: Mansões na terra e um lar no céu. O milhão nosso de cada dia, nos dai hoje. Perdoai as nossas sonegações, Assim como nós as cobramos dos nossos devedores. Não nos deixeis cair em nossas armações, Mas livrai-nos da fiscalização. Porque este reino, e este poder, São a nossa glória para sempre. Amém.

SANTOS, Levi B. *O pai nosso empresarial*. 15/04/2009. Disponível em:<

<http://jasielbotelho.blogspot.com/search/label/Teo.%20Prosperidade>> Acesso em:

02 dez. 2009.



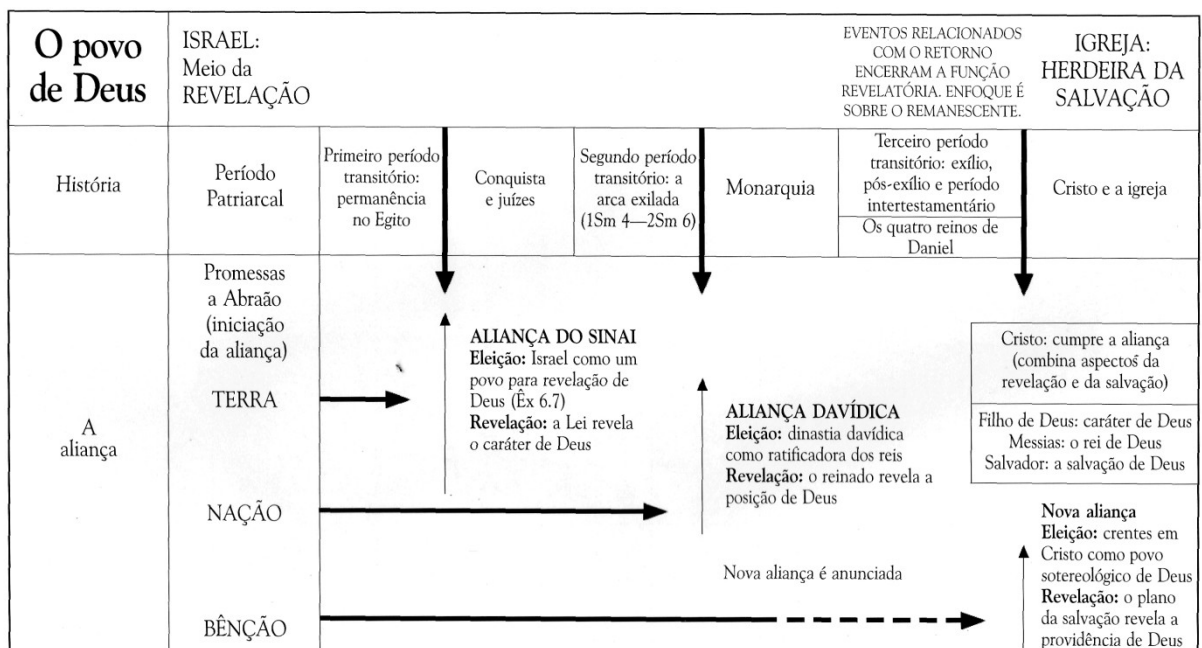
Reflexão 1

Enquanto que uma teologia errônea leva a um desastre espiritual e prático, uma teologia acurada conduz a uma adoração genuína e a um viver piedoso (CHEUNG, 2001, 2003, p. 11)

Em relação ao contexto da Teologia hoje, como você enxerga a Igreja Brasileira? Quais são seus pressupostos doutrinários? Quais são as ênfases? Estão de acordo com a Palavra de Deus? Justifique sua resposta com bases bíblicas.

2. CONHECENDO A DOCTRINA DE DEUS

2.1 A revelação de Deus na história



AS ALIANÇAS SEMINAIS ¹⁴	ALIANÇA ADÂMICA – Deus promete redimir a humanidade através da semente da mulher (Gn 3.15).
	ALIANÇA NOÉICA – Deus promete não mais destruir a terra por águas (Gn 9.1-17)
O PACTO CENTRAL	ALIANÇA CENTRAL ABRAÂMICA – Quatro promessas de bênçãos a Abraão e através dele (Gn 12.1-7): 1. Bênção pessoal – um grande nome 2. Bênção territorial – vasta extensão de terra prometida à sua semente 3. Bênção nacional – uma grande nação 4. Bênção espiritual – todas as nações seriam abençoadas na semente de Abraão
AS ALIANÇAS ESPECÍFICAS	1. ALIANÇA MOSAICA – Bênçãos pessoais prometidas a Israel sob condição de obediência (E Ex 20-23).
	2. ALIANÇA PALESTÍNICA – A terra da Palestina é prometida a Israel, mas a permanência nela fica sob condição de obediência (Dt 28-30)
	3. ALIANÇA DAVIDICA – O trono de Israel prometido como posse perpétua (II Sm 7.10-16)
	4. ALIANÇA ESPIRITUAL – A “Justificação pela Fé” oferecida através da semente de Abraão (Gl 3.8)
ALIANÇA SECUNDÁRIA	NOVA ALIANÇA COM JEREMIAS – Estabelecida a fim de substituir a aliança mosaica no que diz respeito às bênçãos pessoais na nova dispensação de Israel ¹⁵ .

2.2 A Existência de Deus (GRUDEM, 1999)

“Como sabemos que Deus existe? A resposta pode ser dada em duas partes: primeira, todas as pessoas têm uma intuição íntima de Deus. Segunda, cremos nas provas encontradas nas Escrituras e na natureza”.

Todas as pessoas de qualquer lugar têm uma profunda intuição íntima de que Deus existe, de que são criaturas de Deus e de que ele é seu Criador. Paulo diz que mesmo os gentios descrentes tinham “conhecimento de Deus”, mas não o honravam como Deus nem lhe eram gratos (Rm 1.21).

Na vida do cristão essa íntima consciência de Deus se torna mais forte e mais distinta.

Além da consciência íntima de Deus, que dá claro testemunho do fato de que ele existe, encontramos claras evidências da sua existência nas Escrituras e na natureza.

As provas de que Deus existe se encontram, logicamente, disseminadas por toda a Bíblia. De fato, a Bíblia sempre pressupõe que Deus existe.

¹⁴ ELLISEN, Stanley A. Conheça melhor o Antigo Testamento: *esboços e gráficos interpretativos*. São Paulo: Vida, 1991, p. 23.

¹⁵ A visão do autor parte de um pressuposto dispensacionalista como a maioria dos teólogos americanos. Contudo, o autor dessa apostila não partilha da mesma visão, sendo adepto a teoria epigenética, ou revelação progressiva.

Além das provas encontradas na existência dos seres humanos, há outra excelente evidência na natureza. Quem olha para o céu, de dia ou de noite, vê o sol, a lua e as estrelas, o firmamento e as nuvens, todos declarando continuamente pela sua existência, beleza e grandeza que foi um Criador poderoso e sábio quem os fez e os sustém na sua ordem.

As “provas” tradicionais da existência de Deus, arquitetadas por filósofos cristãos (e alguns não cristãos) de várias épocas da história, são de fato tentativas de analisar as evidências, especialmente as evidências da natureza, de modos extremamente cuidadosos e logicamente precisos, a fim de convencer as pessoas de que não é racional rejeitar a idéia de que Deus existe.

A maior parte das provas tradicionais da existência de Deus pode ser classificada em quatro tipos importantes de argumento:

1. O *argumento cosmológico* considera o fato de que toda coisa conhecida do universo tem uma causa.
2. O *argumento teleológico* é na verdade uma subcategoria do argumento cosmológico. Como o universo parece ter sido planejado com um propósito, deve necessariamente existir um Deus inteligente e determinado que o criou para funcionar assim.
3. O *argumento ontológico* parte da idéia de Deus, definido como um ser “maior do que qualquer coisa que se possa imaginar”.
4. O *argumento moral* parte do senso humano do certo e do errado, e da necessidade da imposição da justiça, e raciocina que deve necessariamente existir um Deus que seja a fonte do certo e do errado e que vá algum dia impor a justiça a todas as pessoas.

Como todos esses argumentos se baseiam em fatos sobre a criação que realmente são verdadeiros, podemos dizer que todas essas provas (quando cuidadosamente formuladas) são, num sentido objetivo, provas válidas porque avaliam corretamente as evidências e ponderam com acerto, chegando a uma conclusão verdadeira: de fato, o universo *realmente* tem Deus como causa, *realmente* dá provas de um planejamento deliberado, Deus *realmente* existe como ser maior do que qualquer coisa que se possa imaginar e ele *realmente* nos deu um senso do certo e do errado e um senso de que seu juízo virá algum dia.

Mas noutro sentido, se “válido” significa “capaz de conseguir que todos concordem, mesmo aqueles que partem de falsos pressupostos”, então é claro que nenhuma das provas é válida, pois nenhuma delas é capaz de *fazer que todos aqueles que as ponderam acabem concordando*.

Finalmente, é preciso lembrar que neste mundo pecador *Deus precisa possibilitar que nos convençamos*, senão jamais creríamos nele. Lemos que “o deus deste século *cegou o entendimento dos incrédulos*, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo” (2Co 4.4).

2.2 O Conhecimento de Deus (GRUDEM,1999)

Se pretendemos conhecer a Deus, antes é necessário que ele se revele a nós. Paulo diz que o que podemos conhecer sobre Deus está claro às pessoas “porque *Deus lhes manifestou*” (Rm 1.19).

Quando falamos do conhecimento pessoal de Deus, que vem pela salvação, essa idéia fica ainda mais explícita. Disse Jesus: “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e *aquele a quem o Filho o quiser revelar*” (Mt 11.27).

A necessidade de Deus revelar-se a nós também se percebe no fato de que o pecador interpreta erroneamente a revelação de Deus encontrada na natureza. Portanto, precisamos das

Escrituras para interpretar corretamente a revelação natural. Por conseguinte, dependemos da ativa comunicação divina nas Escrituras para alcançar verdadeiro conhecimento de Deus.

Como Deus é infinito, e nós, finitos e limitados, jamais poderemos compreender plenamente e exaustivamente a Deus. Diz o salmo 145: “Grande é o SENHOR e mui digno de ser louvado; *a sua grandeza é insondável*” (Sl 145.3). Jamais seremos capazes de medir ou conhecer plenamente o entendimento de Deus: é imenso demais para que o igualemos ou entendamos.

Assim, podemos conhecer *algo* do amor, do poder, da sabedoria, etc., de Deus. Mas jamais poderemos conhecer completa ou *exaustivamente* o seu amor. Jamais poderemos conhecer exaustivamente o seu poder. Jamais poderemos conhecer exaustivamente a sua sabedoria, etc.

Essa doutrina da incompreensibilidade de Deus tem muita aplicação positiva para nossa vida. Significa que jamais seremos capazes de conhecer “demais” sobre Deus, pois jamais nos faltarão coisas para aprender sobre ele, e assim nunca nos cansaremos de nos deleitar com a descoberta de mais e mais coisas da sua excelência e da grandeza das suas obras.

Se desejássemos um dia nos igualar a Deus em conhecimento, ou se desejássemos encontrar prazer no pecado do orgulho intelectual, o fato de que jamais cessaremos de crescer no conhecimento de Deus seria para nós fator desencorajador — poderíamos sentir-nos frustrados pelo fato de Deus se revelar um objeto de estudo que jamais poderemos dominar!

Mas se nos deleitamos no fato de que só Deus é Deus, de que ele é sempre infinitamente maior do que nós, de que somos criaturas dele, que lhe devemos culto e adoração, então essa nos será uma idéia bastante encorajadora.

Embora não possamos conhecer exaustivamente a Deus, podemos conhecer coisas *verdadeiras* sobre ele. De fato, *tudo o que as Escrituras nos falam sobre Deus é verdadeiro*. É verdade dizer que Deus é amor (1Jo 4.8), que Deus é luz (1Jo 1.5), que Deus é espírito (Jo 4.24), que Deus é justo ou reto (Rm 3.26) e assim por diante. Podemos conhecer alguns pensamentos de Deus — até muitos deles — com base na Bíblia, e quando os conhecemos, como Davi, os consideramos “preciosos” (Sl 139.17).

Ainda mais significativo é perceber que conhecemos *o próprio Deus*, e não meramente fatos sobre ele ou atos que ele executa. Aqui Deus diz que a fonte da nossa alegria e da nossa noção de importância deve vir não das nossas capacidades ou posses, mas do fato de conhecê-lo.

O fato de conhecermos o próprio Deus é demonstrado ainda pela percepção de que a riqueza da vida cristã envolve um relacionamento pessoal com Deus. Falamos com Deus em oração, e ele fala conosco pela sua Palavra. Temos comunhão com ele na sua presença, entoamos seus louvores e temos consciência de que ele pessoalmente habita no meio de nós e dentro de nós para nos abençoar (Jo 14.23). De fato, pode-se dizer que esse relacionamento pessoal com Deus Pai, com Deus Filho e com Deus Espírito Santo é a maior de todas as bênçãos da vida cristã.

2.3 Os Atributos de Deus (FERRAZ,1997)

A) Naturais e Morais:

Também chamados de "intransitivos e transitivos", "incomunicáveis e comunicáveis", "absolutos e relativos", "negativos e positivos" ou "imanescentes e emanentes".

B) Atributos Naturais:

1) Vida: Deus tem vida; Ele ouve, vê, sente e age, portanto é um Ser vivo (Jo.10:10; Sl.94:9,10; IICr.16:9; At.14:15; ITs.1:9). Quando a Bíblia fala do olho, do ouvido, da mão de Deus, etc., fala metaforicamente. A isto se dá o nome de antropomorfismo. Deus é vida (Jo.5:26; 14:26) e o princípio de vida (At.17:25,28).

2) Espiritualidade: Deus, sendo Espírito, é incorpóreo, invisível, sem substância material, sem partes ou paixões físicas e, portanto, é livre de todas as limitações temporais (Jo.4:24; Dt.4:15-19,23; Hb.12:9; Is.40:25; Lc.24:39; Cl.1:15; ITm.1:17; IICo.3:17)

3) Personalidade: Existência dotada de auto-consciência e auto-determinação (Ex.3:14; Is.46:11).

a) Volição ou vontade = **querer** (Is.46:10; Ap.4:11).

b) Razão ou intelecto = **pensar** (Is.14:24; Sl.92:5; Is.55:8).

c) Emoção ou sensibilidade = **sentir** (Gn.6:6, IRs.11:9, Dt.6:15; Pv.6:16; Tg.4:5)

4) Tri-Unidade:

a) Unidade de Ser: Há no Ser divino apenas uma essência indivisível. Deus é um em sua natureza constitucional. A palavra hebraica que significa um no sentido absoluto é yacheed(Gn.22:2), isto é, uma unidade numérica simples. Essa palavra não é empregada para expressar a unidade da divindade. A unidade da divindade é ensinada nas palavras de Jesus: Eu e o Pai somos um. (Jo.10:30). Jesus está falando da unidade da essência e não de unidade de propósito. (Jo.17:11,21-23, IJo.5:7)

b) Trindade de Personalidade: Há três Pessoas no Ser divino: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A palavra hebraica que significa um no sentido de único é echad que se refere a uma unidade composta. Esta palavra é empregada para expressar a unidade da divindade. Esta palavra é usada em Dt.6:4; Gn.2:24 e Zc.14:9 (Veja também Dt.4:35;32:39; IICr.29:1; Is.43:10;44:6;45:5; IRs.8:60; Mc.10:9;12:29; ICo.8:5,6; ITm.2:5; Tg.2:19; Jo.17:3; Gl.3:20; Ef.4:6).

c) Elohim: Este nome está no plural e não concorda com o verbo no singular quando designativo de Deus (Gn.1:26;3:22; 11:6,7;20:13;48:15; Is.6:8)

d) Há distinção de Pessoas na Divindade: Algumas passagens mostram uma das Pessoas divinas se referindo à outra (Gn.19:24; Os.1:7; Zc.3:1,2; IITm.1:18; Sl.110:1; Hb.1:9).

5) Auto-Existência: Jerônimo disse: Deus é a origem de Si mesmo e a causa de Sua própria substância. Jerônimo estava errado, pois Deus não tem causa de existência, pois não criou a Si mesmo e não foi causado por outra coisa ou por Si mesmo; Ele nunca teve início. Ele é o Eterno EU SOU (Ex.3:14), portanto Deus é absolutamente independente de tudo fora de Si mesmo para a continuidade e perpetuidade de Seu Ser. Deus é a razão de sua própria existência (Jo.5:26; At.17:24-28; ITm.6:15,16).

6) Infinitude ou Perfeição: É o atributo pelo qual Deus é isento de toda e qualquer limitação em seu Ser e em seus atributos (Jó.11:7-10; Mt.5:48). A infinitude de Deus se contrasta com o mundo finito em sua relação tempo-espaco.

a) Eternidade: A infinitude de Deus em relação ao tempo é denominada eternidade. Deus é Eterno (Sl.90:2; 102:12,24-27; Sl.93:2; Ap.1:8; Dt.33:27; Hb.1:12). A eternidade de Deus não significa apenas duração prolongada, para frente e para traz, mas sim que Deus transcende a todas as limitações temporais (IIPe.3:8) existentes em sucessões de tempo. Deus preenche o

tempo. Nossa vida se divide em passado, presente e futuro. mas não há essa divisão na vida de Deus. Ele é o Eterno EU SOU. Deus é elevado acima de todos os limites temporais e de toda a sucessão de momentos, e tem a totalidade de sua existência num único presente indivisível (Is.57:15).

b) Imensidão: A infinidade de Deus em relação ao espaço é denominada imensidão ou imensidade. Deus é imenso (Grande ou Majestoso; Jó.36:5,26; Jó.37:22,23; Jr.22:18; Sl.145:3). Imensidão é a perfeição de Deus pela qual Ele transcende (ultrapassa) todas as limitações espaciais e, contudo está presente em todos os pontos do espaço com todo o seu Ser PESSOAL (não é panteísmo). A imensidão de Deus é intensiva e não extensiva, isto é, não significa extensão ilimitada no espaço, como no panteísmo. A imensidão de Deus é transcendente no espaço (intramundano ou imanente = dentro do mundo - Sl.139:7-12; Jr.23:23,24) e fora do espaço (supramundano = acima do mundo; extramundano = além do mundo; emanente = fora do mundo - IRs.8:27; Is.57:15).

c) Onipresença: É quase sinônimo de imensidão: A imensidade denota a transcendência no espaço enquanto que a onipresença denota a imanência no espaço. Deus é imanente em todas as Suas criaturas e em toda a criação. A imanência não deve ser confundida com o panteísmo (tudo é Deus) ou com o deísmo que ensina que Deus está presente no mundo apenas com seu poder (*per portentiam*) e não com a essência e natureza de ser Ser (*per essentiam et naturam*) e que age sobre o mundo à distância. Deus ocupa o espaço repletivamente porque preenche todo o espaço e não está ausente em nenhuma parte dele, mas tampouco está mais presente numa parte que noutra (Sl.139:11,12). Deus ocupa o espaço variavelmente porque Ele não habita na terra do mesmo modo que habita no céu, nem nos animais como habita nos homens, nem nos ímpios como habita nos piedosos, nem na igreja como habita em Cristo (Is.66:1; At.17:27,28; Compare Ef.1:23 com Cl.2:9).

7) Imutabilidade: É o atributo pelo qual não encontramos nenhuma mudança em Deus, em sua natureza, em seus atributos e em seu conselho.

a) A "base" para a imutabilidade de Deus: É Sua simplicidade, eternidade, auto-existência e perfeição. Simplicidade porque sendo Deus uma substância simples, indivisível, sem mistura, não está sujeito a variação (Tg.1:17). Eternidade porque Deus não está sujeito às variações e circunstâncias do tempo, por isso Ele não muda (Sl.102:26,27; Hb.1:12 e 13:8). Auto-existência porque uma vez que Deus não é causado, mas existe em Si mesmo, então Ele tem que existir da forma como existe, portanto sempre o mesmo (Ex.3:14). E perfeição porque toda mudança tem que ser para melhor ou pior e sendo Deus absolutamente perfeito jamais poderá ser mais sábio, mais santo, mais justo, mais misericordioso, e nem menos. Por isso Deus é imutável como a rocha (Dt.32:4).

b) Imutabilidade não significa imobilidade: Nosso Deus é um Deus de ação (Is.43:13).

c) Imutabilidade implica em não arrependimento: Alguns versículos falam de Deus como se Ele se arrependesse (Ex.32:14, ISm.24:16, Jr.18:8; Jl.2:13). Trata-se de antropomorfismo (Nm.23:19; Rm.11:29; ISm.15:29; Sl.110:4).

d) Imutabilidade de Deus em Sua natureza: Deus é perfeito em sua natureza por isso não muda nem para melhor nem para pior (Ml.3:6).

e) Imutabilidade de Deus em Seus atributos: Deus é imutável em suas promessas (IRs.8:56; IICo.1:20); em sua misericórdia (Sl.103:17; Is.54:10); em sua justiça (Ez.8:18); em seu amor (Gn.18:25,26).

f) Imutabilidade de Deus em Seu conselho: Deus planejou os fatos conforme a sua vontade e decretou que este plano seja concretizado. Nada poderá se opor à sua vontade. O próprio

Deus jamais mudará de opinião, mas fará conforme seu plano predeterminado (Is.46:9,10; Sl.33:11; Hb.6:17).

8) Onisciência: Atributo pelo qual Deus, de maneira inteiramente única, conhece-se a Si próprio e a todas as coisas possíveis e reais num só ato eterno e simples. O conhecimento de Deus tem suas características:

a) É arquetipo: Deus conhece o universo como ele existe em Sua própria idéia anterior à sua existência como realidade finita no tempo e no espaço; e este conhecimento não é obtido de fora, como o nosso (Rm.11:33,34).

b) É inato e imediato: Não resulta de observação ou de processo de raciocínio (Jó.37:16)

c) É simultâneo: Não é sucessivo, pois Deus conhece as coisas de uma vez em sua totalidade, e não de forma fragmentada uma após outra (Is.40:28).

d) É completo: Deus não conhece apenas parcialmente, mas plenamente consciente (Sl.147:5).

e) Conhecimento necessário: Conhecimento que Deus tem de Si mesmo e de todas as coisas possíveis, um conhecimento que repousa na consciência de sua onipotência. É chamado necessário porque não é determinado por uma ação da vontade divina. (Por exemplo: O conhecimento do mal é um conhecimento necessário porque não é da vontade de Deus que o mal lhe seja conhecido (Hc.1:13) Deus não pode nem quer ver o mal, mas o conhece, não por experiência, que envolve uma ação de Sua vontade, mas sim por simples inteligência, por ser ato do intelecto divino (veja IICo.5:21 onde o termo grego *ginosko* é usado).

f) Conhecimento livre: É aquele que Deus tem de todas as coisas reais, isto é, das coisas que existiram no passado, que existem no presente e existirão no futuro. É também chamado *visionis*, isto é, conhecimento de vista.

g) Presciência: Significa conhecimento prévio; conhecimento de antemão. Como Deus pode conhecer previamente as ações livres dos homens? Deus decretou todas as coisas, e as decretou com suas causas e condições na exata ordem em que ocorrem, portanto sua presciência de coisas contingentes (ISm.23:12; IIRs.13:19; Jr.38:17-20; Ez.3:6 e Mt.11:21) apoia-se em seu decreto. Deus não originou o mal mas o conheceu nas ações livres do homem (conhecimento necessário), o decretou e preconheceu os homens. Portanto a ordem é: conhecimento necessário, decreto, presciência. A presciência de Deus é muito mais do que saber o que vai acontecer no futuro, e seu uso no N.T. é empregado como na LXX que inclui Sua escolha efetiva (Nm.16:5; Jz.9:6; Am.3:2). Veja Rm.8:29; IPe.1:2; Gl.4:9. Como se processou o conhecimento necessário de Deus nas livres ações dos homens antes mesmo que Ele as decretasse? A liberdade humana não é uma coisa inteiramente indeterminada, solta no ar, que pende numa ou noutra direção, mas é determinada por nossas próprias considerações intelectuais e caráter (*libentia rationalis* = auto-determinação racional). Liberdade não é arbitrariedade e em toda ação racional há um porquê, uma razão que decide a ação. Portanto o homem verdadeiramente livre não é o homem incerto e imprevisível, mas o homem seguro. A liberdade tem suas leis - leis espirituais - e a Mente Onisciente sabe quais são (Jo.2:24,25). Em resumo, a presciência é um conhecimento livre (*scientia libera*) e, logicamente procede do decreto, "...segundo o decreto sua vontade" (Ef.1:11).

h) Sabedoria: A sabedoria de Deus é a Sua inteligência como manifestada na adaptação de meios e fins. Deus sempre busca os melhores fins e os melhores meios possíveis para a consecução dos seus propósitos. H.B. Smith define a sabedoria de Deus como o Seu atributo através do qual Ele produz os melhores resultados possíveis com os melhores meios possíveis. Uma definição ainda melhor há de incluir a glorificação de Deus: Sabedoria é a perfeição de

Deus pela qual Ele aplica o seu conhecimento à consecução dos seus fins de um modo que o glorifica o máximo (Rm.11:33-36; Ef.1:11,12; Cl.1:16). Encontramos a sabedoria de Deus na criação (Sl.19:1-7; Sl.104), na redenção (ICo.2:7; Ef.3:10). A sabedoria é personificada na Pessoa do Senhor Jesus (Pv.8 e ICo.1:30; Jó.9:4; veja também Jó 12:13,16).

9) Onipotência: É o atributo pelo qual encontramos em Deus o poder ilimitado para fazer qualquer coisa que Ele queira.

A onipotência de Deus não significa o exercício para fazer aquilo que é incoerente com a natureza das coisas, como, por exemplo, fazer que um fato do passado não tenha acontecido, ou traçar entre dois pontos uma linha mais curta do que uma reta. Deus possui todo o poder que é coerente com Sua perfeição infinita, todo o poder para fazer tudo aquilo que é digno dEle. O poder de Deus é distinguido de duas maneiras: *Potentia Dei absoluta* = absoluto poder de Deus e *potentia Dei ordinata* = poder ordenado de Deus. Hodge e Shedd definem o poder absoluto de Deus como a eficiência divina, exercida sem a intervenção de causas secundárias, e o poder ordenado como a eficiência de Deus, exercida pela ordenada operação de causas secundárias. Chanock define o poder absoluto como aquele pelo qual Deus é capaz de fazer o que Ele não fará, mas que tem possibilidade de ser feito, e o poder ordenado como o poder pelo qual Deus faz o que decretou fazer, isto é, o que Ele ordenou ou marcou para ser posto em exercício; os quais não são poderes distintos, mas um e o mesmo poder. O seu poder ordenado é parte do seu poder absoluto, pois se Ele não tivesse poder para fazer tudo que pudesse desejar, não teria poder para fazer tudo o que Ele deseja. Podemos, portanto, definir o poder ordenado de Deus como a perfeição pela qual Ele, mediante o simples exercício de Sua vontade, pode realizar tudo quanto está presente em Sua vontade ou conselho. É óbvio, porém, que Deus pode realizar coisas que a Sua vontade não desejou realizar (Gn.18:14; Jr.32:27; Zc.8:6; Mt.3:9; Mt.26:53). Entretanto há muitas coisas que Deus não pode realizar. Ele não pode mentir, pecar, mudar ou negar-se a Si mesmo (Nm.23:19; ISm.15:29; IITm.2:13; Hb.6:18; Tg.1:13,17; Hb.1:13; Tt.1:3), isto porque não há poder absoluto em Deus, divorciado de Sua perfeições, e em virtude do qual Ele pudesse fazer todo tipo de coisas contraditórias entre Si (Jó.11:7). Deus faz somente aquilo que quer fazer (Sl.115:3; Sl.135:6).

a) El-Shaddai: A onipotência de Deus se expressa no nome hebraico El-Shaddai traduzido por Todo-Poderoso (Gn.17:1; Ex.6:3; Jó.37:23 etc).

b) Em todas as coisas: A onipotência de Deus abrange todas as coisas (ICr.29:12), o domínio sobre a natureza (Sl.107:25-29; Na.1:5,6; Sl.33:6-9; Is.40:26; Mt.8:27; Jr.32:17; Rm.1:20), o domínio sobre a experiência humana (Sl.91:1; Dn.4:19-37; Ex.7:1-5; Tg.4:12-15; Pv.21:1; Jó.9:12; Mt.19:26; Lc.1:37), o domínio sobre as regiões celestiais (Dn.4:35; Hb.1:13,14; Jó.1:12; Jó 2:6).

c) Na criação, na providência e na redenção: Deus manifestou o seu poder na criação (Rm.4:17; Is.44:24), nas obras da providência (ICr.29:11,12) e na redenção (Rm.1:16; ICo.1:24).

10) Soberania ou Supremacia: Atributo pelo qual Deus possui completa autoridade sobre todas as coisas criadas, determinando-lhe o fim que desejar (Gn.14:19; Ne.9:6; Ex.18:11; Dt.10:14,17; ICr.29:11; IICr.20:6; Jr.27:5; At.17:24-26; Jd.4; Sl.22:28; 47:2,3,8; 50:10-12; 95:3-5; 135:5; 145:11-13; Ap.19:6).

a) Vontade ou Auto-determinação: A perfeição de Deus pela qual Ele, num ato sumamente simples, dirige-se à Si mesmo como o Sumo Bem (deleita-se em Si mesmo como tal) e às Suas criaturas por amor do Seu nome (Is.48:9,11,14; Ez.20:9,14,22,44; Ez.36:21-23).

A vontade de Deus recebe variadas classificações, pois à ela são aplicadas diferentes palavras hebraicas (chaphets, tsebhu, ratson) e gregas (boule, thelema).

Vontade Preceptiva: Na qual Deus estabeleceu preceitos morais para reger a vida de Suas criaturas racionais. Esta vontade pode ser desobedecida com frequência (At.13:22; IJo.2:17; Dt.8:20).

Vontade Decretória: Pela qual Deus projeta ou decreta tudo o que virá a acontecer, quer pretenda realizá-lo causativamente, quer permita que venha a ocorrer por meio da livre ação de suas criaturas (At.2:23; Is.46:9-11). A vontade decretória é sempre obedecida.

A vontade decretória e a vontade preceptiva relacionam-se ao propósito em realizar algo.

Vontade de Eudokia: Na qual Deus deleita-se com prazer em realizar um fato e com desejo de ver alguma coisa feita. Esta vontade, embora não se relacione com o propósito de fazer algo, mas sim com o prazer de fazer algo, contudo corresponde àquilo que será realizado com certeza, tal como acontece com a vontade decretória (Sl.115:3; Is.44:28; Is.55:11).

Vontade de Eurestia: Na qual Deus deleita-se com prazer ao vê-la cumprida por Suas criaturas. Esta vontade abrange aquilo que a Deus apraz que Suas criaturas façam, mas que pode ser desobedecido, tal como acontece com a vontade preceptiva (Is.65:12).

A vontade de eudokia não se refere somente ao bem, e nela não está sempre presente o elemento de deleite (Mt.11:26). A vontade de eudokia e a vontade de eurestia relacionam-se ao prazer em realizar algo.

Vontade de Beneplacitum: Também chamada Vontade Secreta. Abrange todo o conselho secreto e oculto de Deus. Quando esta vontade nos é revelada, ela torna-se na Vontade do Signum ou Vontade Revelada.

A distinção entre a vontade de beneplacitum e a vontade de signum encontra-se em Deuteronomio.29:29.

A vontade secreta é mencionada em Sl.115:3; Dn.4:17,25,32,35; Rm.9:18,19; Rm.11:33,34; Ef.1:5,9,11, enquanto que a vontade revelada é mencionada em Mt.7:21; Mt.12:50; Jo.4:34; Jo.7:17; Rm.12:2). Esta vontade está mui perto de nós (Dt.30:14; Rm.10:8).

A vontade secreta de Deus pertence a todas as coisas que Ele quer efetuar ou permitir, tal como acontece na vontade decretória, sendo portanto, absolutamente fixa e irrevogável.

b) Liberdade: A perfeição de Deus no exercício de Sua vontade. Deus age necessária e livremente. Assim como há conhecimento necessário e conhecimento livre, há também uma voluntas necessária = vontade necessária e uma voluntas libera = vontade livre. Na vontade necessária Deus não está sob nenhuma compulsão, mas age de acordo com a lei do Seu Ser, pois Ele necessariamente quer a Si próprio e quer a Sua natureza santa. Deus necessariamente se ama a Si próprio e Suas perfeições.

As Suas criaturas são objetos de Sua vontade livre, pois Deus determina voluntariamente o que e quem Ele criará; e os tempos, lugares e circunstâncias de suas vidas. Ele traça as veredas de todas as Suas criaturas, determina o seu destino e as utiliza para Seus propósitos (Jó.11:10; Jó.23:13,14; Jó.33:13. Pv.16:4; Pv.21:1; Is.10:15; Is.29:16; Is.45:9; Mt.20:15; Ap.4:11; Rm.9:15-22; ICo.12:11).

C) Atributos Morais:

1) Santidade: É a perfeição de Deus, em virtude da qual Ele eternamente quer manter e mantém a Sua excelência moral, aborrece o pecado, e exige pureza moral em suas criaturas. Ser Santo vem do hebraico qadash que significa cortar ou separar. Neste sentido também o Novo testamento utiliza as palavras gregas hagiozo e hagio.

A santidade de Deus possui dois diferentes aspectos, podendo ser positiva ou negativa (Hb.1:9; Am.5:15; Rm.12:9).

a) Santidade Positiva: Expressa excelência moral de Deus na qual Ele é absolutamente perfeito, puro e íntegro em Sua natureza e Seu caráter (IJo.1:5; Is.57:15; IPe.1:15,16; Hc.1:13). A santidade positiva é amor ao bem.

b) Santidade Negativa: Significa que Deus é inteiramente separado de tudo quanto é mal e de tudo quanto o aborrece (Lv.11:43-45; Dt.23:14; Jó.34:10; Pv.15:9,26; Is.59:1,2; Lc.20:26; Hc. 1:13; Pv.6:16-19; Dt.25:16; Sl.5:4-6). A santidade negativa é ódio ao mal.

Além de possuir dois aspectos a santidade de Deus possui também duas maneiras diferentes de manifestar-se:

c) Retidão: Também chamada justiça absoluta, é a retidão da natureza divina, em virtude da qual Ele é infinitamente Reto em Si mesmo (santidade legislativa). Sl.145:17; Jr.12:1; Jo.17:25; Sl.116:5; Ed.9:15.

d) Justiça: Também chamada justiça relativa, é a execução da retidão ou a expressão da justiça absoluta (santidade judicial). Strong a chama de santidade transitiva. A retidão é a fonte da Santidade de Deus, a justiça é a demonstração de Sua santidade.

A justiça de Deus pode ser retributiva e remunerativa. A justiça retributiva se divide em punitiva e corretiva. A justiça punitiva é aquela pela qual Deus pune os pecadores pela transgressão de Suas leis. Esta justiça de Deus exige a execução das penalidades impostas por Suas leis (Sl.3:5; 11:4-7 Dt.32:4; Dn.9:12,14; Ex.9:23-27; 34:7). A justiça corretiva é aquela pela qual Deus "pune" Seus filhos para corrigi-los (Hb.12:6,7). Aqueles que não são Seus filhos, Deus pune como um Juiz Severo (Rm.11:22; Hb.10:31), mas aos Seus filhos, Deus "pune" (corrige) como um Pai Amoroso (Jr.10:24; 30:11; 46:28; Sl.89:30-33; ICr.21:13) A justiça remunerativa é aquela pela qual Deus recompensa, com Suas bênçãos, aos homens pela obediência de Suas leis (Hb.6:10; IITm.4:8; ICo.4:5; 3:11-15; Rm.2:6-10; IIJo.8)

e) Ira: Esta deve ser considerada como um aspecto negativo da santidade de Deus, pois em Sua ira Deus aborrece o pecado e odeia tudo quanto contraria Sua santidade (Dt.32:39-41; Rm.11:22; Sl.95:11; Dt.1:34-37; Sl.95:11). Podemos, então, dizer que a ira é a manifestação da santidade negativa de Deus (Rm.1:18; IITs.1:5-10; Rm.5:9 etc). A ira é também designada de severidade (Rm.11:22).

2) Bondade: É uma concepção genérica incluindo diversas variedades que se distinguem de acordo com os seus objetos. Bondade é perfeição absoluta e felicidade perfeita em Si mesmo (Mc.10:18; Lc.18:18,19; Sl.33:5; Sl.119:68; Sl.107:8; Na.1:7). A bondade implica na disposição de transmitir felicidade.

a) Benevolência: É a bondade de Deus para com Suas criaturas em geral. É a perfeição de Deus que O leva a tratar benévola e generosamente todas as Suas criaturas (Sl.145:9,15,16; Sl.36:6; 104:21; Mt.5:45; 6:26; Lc.6:35; At.14:17). Thiessen define benevolência como a afeição que Deus sente e manifesta para com Suas criaturas sensíveis e racionais. Ela resulta do fato de que a criatura é obra Sua; Ele não pode odiar qualquer coisa que tenha feito (Jó.14:15) mas apenas aquilo que foi acrescentado à Sua obra, que é o pecado (Ec.7:29).

b) Beneficência: Enquanto que a benevolência é a bondade de Deus considerada em sua intenção ou disposição, a beneficência é a bondade em ação, quando seus atributos são conferidos.

c) Complacência: É a aprovação às boas ações ou disposições. É aquilo em Deus que aprova todas as Suas próprias perfeições como também aquilo que se conforma com Ele (Sl.35:27; Sl.51:6; Is.42:1; Mt.3:17; Hb.13:16).

d) Longanimidade ou Paciência: O hebraico emprega a palavra erek'aph que significa grande de rosto e daí também lento para a ira. O grego emprega makrothymia que significa ira longe. Portanto longanimidade é o aspecto da bondade de Deus em virtude do qual Ele tolera os pecadores, a despeito de sua prolongada desobediência. A longanimidade revela-se no adiamento do merecido julgamento (Ex.34:6; Sl.86:15; Rm.2:4; Rm.9:22; IPe.3:20; IIPe.3:15)

e) Misericórdia: Também expressa pelos sinônimos compaixão, compassividade, piedade, benignidade, clemência e generosidade. No hebraico usa-se as palavras chesed e racham e no grego eleos. É a bondade de Deus demonstrada para com os que se acham na miséria ou na desgraça, independentemente dos seus méritos (Dt.5:10; Sl.57:10; Sl.86:5; ICr.16:34; IICr.7:6; Sl.116:5; Sl.136; Ed.3:11; Sl.145:9; Ez.18:23,32; Ex.33:11; Lc.6:35; Sl.143:12; Jó 6:14).

A paciência difere da misericórdia apenas na consideração formal do objeto, pois a misericórdia considera a criatura como infeliz, a paciência considera a criatura como criminosa; a misericórdia tem pena do ser humano em sua infelicidade, a paciência tolera o pecado que gerou a infelicidade. A infelicidade e sofrimento deriva-se de um justo desagrado divino, portanto exercer misericórdia é o ato divino de livrar o pecador do sofrimento pelo qual ele justamente e merecidamente deveria passar, como consequência do desagrado divino.

f) Graça: É a bondade de Deus exercida em prol da pessoa indigna. Portanto graça é o ato divino de conceder ao pecador toda a bondade de Deus a qual ele não merece receber (Ex.33:19).

Na misericórdia Deus suspende o sofrimento merecido, na graça Deus concede bênçãos não merecidas. Todo pecador merece ir para o inferno; assim Deus exerce Sua misericórdia livrando o pecador da condenação. Nenhum pecador merece ir para o paraíso; assim Deus exerce a Sua graça doando ao pecador o privilégio de ir gratuitamente para o paraíso.

Essa diferença entre misericórdia e graça é notada em relação aos anjos que não caíram. Deus nunca exerceu misericórdia para com eles, posto que jamais tiveram necessidade dela, pois não pecaram, nem ficaram debaixo dos efeitos da maldição. Todavia eles são objetos da livre e soberana graça de Deus pela qual foram eleitos (ITm.5:21) e preservados eternamente de pecado e colocados em posição de honra (Dn.7:10; IPe.3:22).

g) Amor: A perfeição da natureza divina pela qual Ele é continuamente impelido a se comunicar. É, entretanto, não apenas um impulso emocional, mas uma afeição racional e voluntária, sendo fundamentada na verdade e santidade e no exercício da livre escolha. Este amor encontra seus objetos primários nas diversas Pessoas da Trindade. Assim, o universo e o homem são desnecessários para o exercício do amor de Deus. Amor é, portanto, a perfeição de Deus pela qual Ele é movido eternamente à Sua própria comunicação. Ele ama a Si mesmo, Suas virtudes, Sua obra e Seus dons.

3) Verdade: É a consonância daquilo que é asseverado com o que pensa a Pessoa que fez a asseveração. Neste sentido a verdade é um atributo exclusivamente divino, pois com freqüência os homens erram nos testemunhos que prestam, simplesmente por estarem equivocados a respeito dos fatos, ou então por pura incapacidade fracassam em promessas que fizeram com honestas intenções. Mas a onisciência de Deus impede que Ele chegue a cometer qualquer equívoco, e a Sua onipotência e imutabilidade asseguram o cumprimento de Suas intenções (Dt.32:4; Sl.119:142; Jo.8:26; Rm.3:4; Tt.1:2; Nm.23:19; Hb.6:18; Ap.3:7; Jo.17:3;

IJo.5:20; Jr.10:10; Jo.3:33; ITs.1:9; Ap.6:10; Sl.31:5; Jr.5:3; Is.25:1). Ao exercê-la para com a criatura, a verdade de Deus é conhecida como sua veracidade e fidelidade.

a) Veracidade: Consiste nas declarações que Deus faz a respeito das coisas, conforme elas são, e se relaciona com o que Ele revelou sobre Si mesmo. A veracidade fundamenta-se na onisciência de Deus.

b) Fidelidade: Consiste no exato cumprimento de Suas promessas ou ameaças. A fidelidade fundamenta-se na Sua onipotência e imutabilidade (Dt.7:9; Sl.36:5; ICo.1:9; Hb.10:23; Dt.4:24; IITm.2:13; Sl.89:8; Lm.3:23; Sl.119:138; Sl.119:75; Sl.89:32,33; ITs.5:24; IPe.4:19; Hb.10:23).

2.4 Evidências do Conhecimento de Deus (PACKER)

1. Os que conhecem a Deus têm grande força por meio dele (Dn 11.32)

Os homens que conhecem seu Deus são, antes de tudo, homens de oração, e o primeiro ponto em que seu zelo e sua força para a glória de Deus são expressos é nas orações (p. 32)

2. Os que conhecem a Deus pensam grandes coisas sobre ele (Dn 4.25; 5.21)

3. Os que conhecem a Deus são ousados por causa dele (At 5:29; 20:24);

4. Os que conhecem a Deus têm grande alegria nele (Rm 5.1; Dn 3.15-18)

A extensão de nosso contentamento é outro critério pelo qual podemos julgar se conhecemos a Deus de verdade (p. 25)

Reflexão 2

*1. Pode-se saber bastante sobre Deus sem conhecê-lo muito.
(...)*

*2. Pode-se saber bastante sobre piedade sem ter muito conhecimento de Deus.
J. Packer*

a) Como você provaria para um ateu que Deus existe?

b) Qual a definição bíblica de Deus?

c) Fale sobre o caráter e os atributos de Deus à luz da Bíblia

d) Como você entende a Trindade?

3. CONHECENDO A DOCTRINA DE CRISTO (GRUDEM,1999)

A. A HUMANIDADE DE CRISTO

1. O nascimento virginal.

Quando falamos na humanidade de Cristo, convém iniciar com uma consideração do nascimento virginal de Cristo. As Escrituras afirmam claramente que Jesus foi concebido no ventre de sua mãe, Maria, por obra miraculosa do Espírito Santo e sem um pai humano.

2. Fraquezas e Limitações Humanas

a. Jesus possuía um corpo humano.

O fato de que Jesus possuía um corpo humano exatamente como o nosso é visto em muitas passagens das Escrituras. Ele nasceu assim como nascem todos os bebês humanos (Lc 2.7). Ele passou da infância para a maturidade assim como crescem todas as outras crianças: “Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele” (Lc 2.40).

b. Jesus possuía uma mente humana.

O fato de Jesus ter crescido em sabedoria (Lc 2.52) significa que ele passou por um processo de aprendizado assim como acontece com todas as outras crianças — ele aprendeu a comer, a falar, a ler e a escrever, e a ser obediente a seus pais (veja Hb 5.8). Esse processo normal de aprendizado fazia parte da genuína humanidade de Cristo.

c. Jesus possuía alma humana e emoções humanas.

Vemos várias indicações de que Jesus possuía alma humana (ou espírito). Logo antes de sua crucificação, ele disse: “Agora, está *angustiada* a minha alma” (Jo 12.27). João escreve um pouco depois: “Ditas estas coisas, *angustiou-se* Jesus em espírito” (Jo 13.21). Em ambos os versículos a palavra *angustiar* representa o termo grego *tarassō*, palavra muitas vezes empregada em referência a pessoas ansiosas ou que de repente são surpreendidas por um perigo.

d. As pessoas próximas de Jesus consideravam-no apenas humano.

Mateus registra um incidente assombroso no meio do ministério de Jesus. Ainda que Jesus tivesse ensinado por toda a Galiléia, “curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo”, de modo que “numerosas multidões o seguiam” (Mt 4.23-25), quando chegou à própria cidade de Nazaré, o povo que o conhecia havia muitos anos não o recebeu (Mt 13.53-58).

3. Impecabilidade. Ainda que o Novo Testamento seja claro em afirmar que Jesus era plenamente humano exatamente como nós, também afirma que Jesus era diferente em um aspecto importante: ele era isento de pecado e jamais cometeu um pecado durante sua vida. Alguns objetam que se Jesus não pecou, então não era *verdadeiramente* humano, pois todos os humanos pecam. Mas os que fazem tal objeção simplesmente não percebem que os seres humanos estão agora numa situação *anormal*. Deus não nos criou pecaminosos, mas santos e justos. Adão e Eva no jardim do Éden eram *verdadeiramente* humanos antes de pecar, e nós agora, apesar de humanos, não nos conformamos ao padrão que Deus deseja que preenchamos quando nossa humanidade plena, impecável, for restaurada.

4. Jesus poderia ter pecado?

Às vezes levanta-se esta questão: “Cristo podia ter pecado?” Alguns defendem a *impecabilidade* de Cristo, entendendo por *impecável* “não sujeito a pecar”. Outros objetam que se Jesus não fosse capaz de pecar, suas tentações não teriam sido reais, pois como uma tentação seria real, se a pessoa que estivesse sendo tentada não fosse mesmo capaz de pecar? Para responder a essa pergunta, precisamos distinguir, por um lado, o que as Escrituras afirmam claramente e, por outro lado, o que é mais uma inferência de nossa parte.

- (1) As Escrituras afirmam claramente que Cristo jamais pecou de fato (veja acima). Não deve haver nenhuma dúvida a esse respeito em nossa mente.
- (2) Elas também afirmam que Jesus foi tentado e que as tentações foram reais (Lc 4.2). Se cremos na Bíblia, precisamos insistir que Cristo foi “*tentado em todas as coisas, à nossa semelhança*, mas sem pecado” (Hb 4.15).
- (3) Também precisamos afirmar com as Escrituras que “Deus não pode ser tentado pelo mal” (Tg 1.13). Mas aqui a questão torna-se difícil: se Jesus era plenamente Deus e também plenamente humano (e vamos argumentar adiante que as Escrituras ensinam isso várias vezes e de maneira clara), então não somos obrigados também a afirmar que (em algum sentido) Jesus também “não pode ser tentado pelo mal”?

5. Por que era necessário que Jesus fosse plenamente humano?

Quando João escreveu sua primeira epístola, circulava na igreja um ensino herético, segundo o qual Jesus não era homem. Essa heresia tornou-se conhecida como *docetismo*. Essa negação da verdade acerca de Cristo era tão séria que João podia dizer que se tratava de uma

doutrina do anticristo: “Nisto reconheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus; pelo contrário, este é o espírito do anticristo” (1Jo 4.2-3).

a. Para possibilitar uma obediência representativa. Conforme observamos no capítulo

acima sobre as alianças entre Deus e o homem, Jesus era nosso representante e obedeceu em nosso lugar naquilo que Adão falhou e desobedeceu. Vemos isso nos paralelos entre a tentação de Jesus (Lc 4.1-13) e a ocasião da prova de Adão e Eva no jardim (Gn 2.15–3.7). Também reflete-se claramente na discussão de Paulo sobre os paralelos entre Adão e Cristo, na desobediência de Adão e na obediência de Cristo (Rm 5.18-19).

b. Para ser um sacrifício substitutivo. Se Jesus não tivesse sido homem, não poderia ter morrido em nosso lugar e pago a penalidade que nos cabia. O autor de Hebreus nos diz: “Pois ele, evidentemente, não socorre anjos, mas socorre a descendência de Abraão. Por isso mesmo, *convinha* que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo” (Hb 2.16-17; cf. v. 14).

c. Para ser o único mediador entre Deus e os homens. Porque estávamos alienados de Deus por causa do pecado, necessitávamos de alguém que se colocasse entre Deus e nós e nos levasse de volta a ele. Precisávamos de um mediador que pudesse representar-nos diante de Deus e que pudesse representar Deus para nós. Só há uma pessoa que preencheu esse requisito: “Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1Tm 2.5). Para cumprir essa função de mediador, Jesus tinha de ser plenamente homem e plenamente Deus.

d. Para cumprir o propósito original do homem de dominar a criação. Como vimos em nossa discussão sobre o propósito para o qual Deus criou o homem, Deus colocou o ser humano sobre a terra para subjugar-la e dominá-la como representante divino. Mas o homem não cumpriu esse propósito, pois caiu em pecado. O autor de Hebreus percebe que Deus pretendia que tudo fosse sujeitado ao homem, mas reconhece: “Agora, porém, ainda não vemos todas as coisas a ele sujeitas” (Hb 2.8). Então, quando Jesus veio como homem, foi capaz de obedecer a Deus e, assim, teve o direito de dominar a criação *como homem*, cumprindo o propósito original de Deus ao colocar o homem sobre a terra. Hebreus reconhece isso quando diz que agora “vemos [...] Jesus” em posição de autoridade sobre o universo, “coroados de glória e de honra” (Hb 2.9; cf. a mesma frase no v. 7).

e. Para ser nosso exemplo e padrão na vida. João nos diz: “... aquele que diz que permanece nele, *esse deve também andar assim como ele andou*” (1Jo 2.6), e nos lembra que “quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele” e que essa esperança de futura conformidade com o caráter de Cristo confere mesmo agora pureza moral cada vez maior à nossa vida (1Jo 3.2-3). Paulo nos diz que estamos continuamente sendo “transformados [...] na sua própria imagem” (2Co 3.18), avançando, assim, para o alvo para o qual Deus nos salvou: sermos “conformes à imagem de seu Filho” (Rm 8.29). Pedro nos diz que, especialmente no sofrimento, temos de considerar o exemplo de Cristo: “pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, *deixando-vos exemplo* para seguides os seus passos” (1Pe 2.21).

f. Para ser o padrão de nosso corpo redimido. Paulo nos diz que quando Jesus ressuscitou dos mortos, ressuscitou num novo corpo “na incorrupção [...] ressuscita em glória [...] ressuscita em poder [...] ressuscita corpo espiritual” (1Co 15.42-44). Esse novo corpo ressurreto que Jesus possuía quando ressurgiu dos mortos é o padrão do que será nosso corpo quando formos ressuscitados dos mortos, porque Cristo é “as primícias” (1Co 15.23) — uma metáfora agrícola que compara Cristo à primeira amostra da colheita, que demonstra como será o outro fruto daquela colheita.

g. Para compadecer-se como sumo sacerdote. O autor de Hebreus lembra-nos de que “naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados” (Hb 2.18; cf. 4.15-16). Se Jesus não tivesse existido na condição de homem, não teria sido capaz de conhecer *por experiência* o que sofremos em nossas tentações e lutas nesta vida. Mas porque viveu como homem, ele é capaz de compadecer-se mais plenamente de nós em nossas experiências.

6. Jesus será um homem para sempre.

Jesus não abandonou a natureza terrena após sua morte e ressurreição, pois apareceu aos discípulos como homem após a ressurreição, até com as cicatrizes dos cravos nas mãos (Jo 20.25-27). Ele possuía carne e ossos (Lc 24.39) e comia (Lc 24.41-42). Posteriormente, quando conversava com os discípulos, foi levado ao céu, ainda em seu corpo humano ressurreto, e dois anjos prometeram que ele voltaria do mesmo modo: “Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu virá *do modo como* o vistes subir” (At 1.11).

B. A DIVINDADE DE CRISTO

Para completar o ensino bíblico acerca de Jesus Cristo, precisamos declarar não só que ele era plenamente humano, mas também plenamente divino. Embora a palavra não ocorra de maneira explícita na Bíblia, a igreja tem empregado o termo *encarnação* para referir-se ao fato de que Jesus era Deus em carne humana. A *encarnação* foi o ato pelo qual Deus Filho assumiu a natureza humana. A comprovação bíblica da divindade de Cristo é bem ampla no Novo Testamento. Vamos examiná-la sob várias categorias.

1. Alegações bíblicas diretas.

Nesta seção, examinamos declarações diretas da Bíblia de que Jesus é Deus ou de que é divino.

a. A palavra *Deus* (*theos*) atribuída a Cristo. Apesar de a palavra *theos*, “Deus”, ser em geral reservada no Novo Testamento para Deus Pai, há algumas passagens em que é também empregada em referência a Jesus Cristo. Em todos esses trechos, a palavra “Deus” é empregada com um sentido denso em referência àquele que é Criador do céu e da terra, o governante de tudo.

b. A palavra *Senhor* (*kyrios*) atribuída a Cristo. Às vezes a palavra *Senhor* (gr. *kyrios*) é empregada simplesmente como tratamento respeitoso dispensado a um superior (veja Mt 13.27; 21.30; 27.63; Jo 4.11). Às vezes pode simplesmente significar “patrão” de um servo ou escravo (Mt 6.24; 21.40). Ainda assim, a mesma palavra é também empregada na Septuaginta (a tradução grega do Antigo Testamento, de uso comum na época de Cristo) como uma tradução do hebraico *yhwh*, “Javé”, ou (conforme traduzido com frequência) “o SENHOR” ou “Jeová”.

c. Outras fortes alegações de divindade. Além dos usos da palavra *Deus* e *Senhor* em referência a Cristo, temos outras passagens que defendem com vigor a divindade de Cristo. Quando Jesus disse a seus opositores judeus que Abraão vira seu dia (o dia de Cristo), eles o contestaram: “Ainda não tens cinquenta anos e viste Abraão?” (Jo 8.57). Aqui uma resposta suficiente para provar a eternidade de Jesus teria sido: “Antes que Abraão fosse, eu era”. Mas não foi isso que Jesus disse. Antes, ele fez uma declaração muito mais estarrecedora: “Em verdade, em verdade eu vos digo: antes que Abraão existisse, *EU SOU*” (Jo 8.58).

2. Sinais de que Jesus possuía atributos de divindade.

Além das afirmações específicas da divindade de Jesus vistas nas muitas passagens citadas acima, vemos muitos exemplos de atos na vida de Jesus que indicam seu caráter divino.

Jesus demonstrou sua *onipotência* quando acalmou a tempestade no mar com uma palavra (Mt 8.26-27), multiplicou os pães e peixes (Mt 14.19) e transformou a água em vinho (Jo 2.1-11). Alguns podem objetar, dizendo que esses milagres só mostraram o poder do Espírito

Santo agindo por intermédio dele, assim como o Espírito Santo poderia agir por meio de qualquer outro ser humano e, assim, isso não comprova a divindade de Jesus.

3. Teria Jesus desistido de algum atributo enquanto estava na terra (a teoria da kenosis)?

Paulo escreve aos filipenses:

Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana... (Fp 2.5-7).

Partindo desse texto, alguns teólogos da Alemanha (a partir de 1860-1880) e da Inglaterra (a partir de 1890-1910) passaram a defender uma idéia de encarnação que jamais fora defendida na história da igreja. Essa nova idéia foi chamada “teoria da kenosis”, e a posição geral representada por ela foi chamada “teologia kenótica”.

4. Conclusão:

Cristo é plenamente divino. O Novo Testamento, em centenas de versículos explícitos que chamam Jesus de “Deus” e “Senhor” e empregam alguns outros títulos de divindade em referência a ele, e em muitas passagens que lhe atribuem ações ou palavras aplicáveis somente ao próprio Deus, declara repetidas vezes a divindade plena e absoluta de Jesus Cristo. “Aproveu a Deus que, nele, residisse *toda a plenitude*” (Cl 1.19) e “nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Cl 2.9).

5. Seria a doutrina da encarnação “compreensível” hoje?

Ao longo de toda a história levantam-se objeções ao ensino neotestamentário da plena divindade de Cristo. Um ataque recente a essa doutrina merece menção aqui por ter criado grande controvérsia, pois os que contribuíram para o texto eram todos líderes eclesiásticos de renome na Inglaterra. O livro era chamado *The Myth of God Incarnate* [o mito do Deus encarnado], editado por John Hick (London: SCM, 1977). O título apresenta a tese do livro: a idéia de que Jesus era “Deus encarnado” ou “Deus vindo em carne” é um “mito” — uma história que talvez se adequasse à fé das gerações anteriores, mas que não merece crédito hoje.

6. Por que é necessária a divindade de Jesus?

Na seção anterior alistamos alguns motivos pelos quais era necessário que Jesus fosse plenamente humano para obter nossa redenção. Aqui cabe reconhecer que é também crucialmente importante insistir na plena divindade de Cristo, não só porque ela é ensinada de maneira clara nas Escrituras, mas também porque

- (1) só alguém que fosse Deus infinito poderia arcar com toda a pena de todos os pecados de todos os que cressem nele — qualquer criatura finita não seria capaz de arcar com tal pena;
- (2) a salvação vem do Senhor (Jn 2.9 ARC), e toda a mensagem das Escrituras é moldada para mostrar que nenhum ser humano, nenhuma criatura, jamais conseguiria salvar o homem — só Deus mesmo poderia; e
- (3) só alguém que fosse verdadeira e plenamente Deus poderia ser o mediador entre Deus e homem (1Tm 2.5), tanto para nos levar de volta a Deus como também para revelar Deus de maneira mais completa a nós (Jo 14.9).

Assim, se Jesus não é plenamente Deus, não temos salvação e, por fim, nenhum cristianismo. Não é por acaso que ao longo da história os grupos que abandonaram a crença na plena divindade de Cristo não têm permanecido muito tempo na fé cristã, desviando-se logo para um tipo de religião representada pelo unitarismo nos Estados Unidos e em outros lugares. “Todo aquele que ultrapassa a doutrina de Cristo e nela não permanece não tem Deus; o que permanece na doutrina, esse tem tanto o Pai como o Filho” (2Jo 9).

C.A ENCARNAÇÃO: DIVINDADE E HUMANIDADE NA ÚNICA PESSOA DE CRISTO

O ensino bíblico sobre a plena divindade e plena humanidade de Cristo é tão amplo que se vem crendo em ambos desde os primeiros tempos da história da igreja. Mas um entendimento preciso de como a plena divindade e a plena humanidade poderiam ser combinadas em uma pessoa só foi formulado gradualmente na igreja e não chegou à forma final antes da Definição de Calcedônia em 451 d.C.

1. Três concepções inadequadas da pessoa de Cristo

a. O apolinarismo. Apolinário, que se tornou bispo em Laodicéia em cerca de 361 a.C., ensinava que a pessoa única de Cristo possuía um corpo humano, mas não uma mente ou um espírito humano, e que a mente e o espírito de Cristo provinham da natureza divina do Filho de Deus.

b. O nestorianismo. O nestorianismo é a doutrina de que havia duas pessoas distintas em Cristo, uma pessoa humana e outra divina, ensino diferente da idéia bíblica que vê Jesus como uma só pessoa.

c. O monofisismo (eutiquianismo). Uma terceira concepção inadequada é chamada *monofisismo*, a idéia de que Cristo possuía só uma natureza (gr. *monos*, “um”, e *physis*, “natureza”). O primeiro defensor dessa idéia na igreja primitiva foi Êutico (c. 378-454 d.C.), líder de um mosteiro em Constantinopla. Êutico ensinava o erro oposto do nestorianismo, pois negava que as naturezas humana e divina em Cristo permanecessem plenamente humana e plenamente divina.

2. A solução da controvérsia:

A Definição de Calcedônia em 451 d.C. Para tentar resolver os problemas levantados pelas controvérsias em torno da pessoa de Cristo, convocou-se um amplo concílio eclesiástico na cidade de Calcedônia, perto de Constantinopla (atual Istambul), realizado de 8 de outubro a

1.^o de novembro de 451. A declaração resultante, chamada Definição de Calcedônia, previne contra o apolinarismo, o nestorianismo e o eutiquianismo. Ela tem sido tomada desde então como a definição padrão, ortodoxa, do ensino bíblico sobre a pessoa de Cristo igualmente pelos ramos católicos, protestantes e ortodoxos do cristianismo.

3. Agrupamento de textos bíblicos específicos sobre a divindade e a humanidade de Cristo.

Quando examinamos o Novo Testamento, conforme fizemos acima nas seções sobre a humanidade e a divindade de Jesus, há algumas passagens que parecem difíceis de encaixar. (Como Jesus podia ser onipotente e ainda assim fraco? Como podia deixar o mundo e ainda estar presente em todos os lugares? Como podia aprender coisas e ainda ser onisciente?)

a. Uma natureza faz algumas coisas que a outra não faz. Teólogos evangélicos de gerações anteriores não hesitaram em fazer distinção entre coisas feitas pela natureza humana de Cristo, mas não pela natureza divina, ou pela natureza divina, mas não pela humana. Parece que temos de fazer isso se quisermos reafirmar a declaração de Calcedônia de que “*é preservada a propriedade de cada natureza*”. Mas poucos teólogos recentes dispõem-se a fazer tal distinção, talvez por causa de uma hesitação em afirmar algo que não conseguimos compreender.

b. Tudo o que uma das naturezas faz, a pessoa de Cristo faz. Na seção anterior mencionamos uma série de coisas feitas por uma natureza, mas não pela outra na pessoa de Cristo. Agora precisamos afirmar que tudo o que diz respeito à natureza humana ou divina de Cristo diz respeito à pessoa de Cristo. Assim Jesus pode dizer: “antes que Abraão existisse, EU SOU” (Jo 8.58). Ele não diz: “Antes que Abraão existisse, minha natureza humana existia”, porque ele é livre para falar de qualquer coisa feita só por sua natureza divina ou só por sua natureza humana como algo feito *por ele*.

c. Títulos que nos lembram de uma natureza podem ser empregados em referência à pessoa, mesmo quando a ação é realizada pela outra natureza. Os autores do Novo Testamento às vezes empregam títulos que nos lembram ou da natureza humana ou da natureza divina para falar da pessoa de Cristo, ainda que a ação mencionada possa ter sido realizada apenas pela outra natureza e não pela que pareça estar implicada no título. Por exemplo, Paulo diz que se os governantes deste mundo tivessem compreendido a sabedoria de Deus, “jamais teriam crucificado o Senhor da glória” (1Co 2.8).

d. Uma breve frase de resumo. Às vezes no estudo da teologia sistemática, a seguinte frase tem sido empregada para resumir a encarnação: “Permanecendo o que era, tornou-se o que não era”. Em outras palavras, enquanto Jesus “permanecia” o que era (ou seja, plenamente divino), ele também se tornou o que não fora antes (ou seja, também plenamente humano). Jesus não deixou nada de sua divindade quando se tornou homem, mas assumiu a humanidade que antes não lhe pertencia.

e. A “comunicação” de atributos. Depois de decidirmos que Jesus era plenamente homem e plenamente Deus, e que sua natureza humana permaneceu *plenamente* humana e sua natureza divina permaneceu *plenamente* divina, podemos ainda perguntar se algumas qualidades ou capacidades foram dadas (ou “comunicadas”) de uma natureza a outra. Parece que a resposta é sim.

(1) Da natureza divina para a natureza humana

Ainda que a natureza humana de Jesus não tenha mudado em seu caráter essencial, porque ela foi unida à natureza divina na pessoa única de Cristo, a natureza humana de Jesus obteve (a) dignidade para ser cultuada e (b) incapacidade de pecar, elementos que não pertencem, de outra maneira, aos seres humanos.

(2) Da natureza humana para a natureza divina

A natureza humana de Jesus lhe deu (a) a capacidade de experimentar o sofrimento e a morte; (b) a capacidade de ser nosso sacrifício substitutivo, o que Jesus, só como Deus, não poderia ter feito.

f. Conclusão. Ao final desta longa discussão, pode-nos ser fácil perder de vista o que de fato é ensinado nas Escrituras. Trata-se, de longe, do milagre mais maravilhoso de toda a Bíblia — muito mais maravilhoso que a ressurreição e até que a criação do universo. O fato de o Filho de Deus, infinito, onipresente e eterno tornar-se homem e unir-se para sempre a uma natureza humana, de modo que o Deus infinito se tornasse uma só pessoa com o homem finito, permanecerá pela eternidade como o mais profundo milagre e o mais profundo mistério em todo o universo.

A EXPIAÇÃO

Podemos definir a expiação como segue: *expiação é a obra que Cristo realizou em sua vida e morte para obter nossa salvação.* Essa definição indica que usamos a palavra *expiação* num sentido mais amplo em que às vezes é utilizada. Ela é empregada de vez em quando para se referir apenas ao fato de Jesus morrer e pagar nossos pecados na cruz.

A. A CAUSA DA EXPIAÇÃO

Qual foi a causa última que levou Cristo a vir para este mundo e morrer pelos nossos pecados? Para encontrá-la, devemos pesquisar o assunto em alguma coisa no caráter do próprio Deus. E aqui as Escrituras apontam para duas coisas: o *amor* e a *justiça* de Deus.

O amor de Deus como uma das causas da expiação é descrito na passagem mais conhecida da Bíblia: “Porque Deus *amou ao mundo de tal maneira* que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Mas a justiça de Deus também exigia que ele encontrasse um meio pelo qual a pena pelos nossos pecados fosse paga

(pois ele não podia aceitar-nos em comunhão consigo mesmo a menos que a penalidade fosse paga).

B. A NECESSIDADE DE EXPIAÇÃO

Havia alguma outra maneira de Deus salvar os seres humanos além de enviar seu Filho para morrer em nosso lugar?

Antes de responder a essa pergunta, é importante entender que Deus não tinha nenhuma necessidade de salvar ninguém. Quando nos conscientizamos de que “Deus não poupou anjos quando pecaram, antes, precipitando-os no inferno, os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo” (2Pe 2.4), percebemos que Deus poderia também ter escolhido com perfeita justiça deixar-nos em nossos pecados, esperando o julgamento; ele poderia ter escolhido não salvar ninguém, assim como fez com os anjos pecaminosos. Assim, nesse sentido a expiação não era absolutamente necessária.

C. A NATUREZA DA EXPIAÇÃO

Nesta seção, considero dois aspectos da obra de Cristo: (1) a obediência de Cristo por nós, pela qual obedeceu às exigências da lei em nosso lugar e foi perfeitamente obediente à vontade de Deus Pai como nosso representante, e (2) os sofrimentos de Cristo por nós, pelos quais recebeu o castigo pelos nossos pecados e, em consequência, morreu pelos nossos pecados.

1. A obediência de Cristo por nós (às vezes chamada “obediência ativa”).

Se Cristo tivesse conseguido só o perdão dos pecados por nós, não mereceríamos o céu. Nossa culpa teria sido removida, mas estaríamos simplesmente na posição de Adão e Eva antes de terem feito qualquer coisa boa ou má e antes de terem passado um tempo de provação com sucesso. Para serem estabelecidos em justiça para sempre e ter assegurada a sua eterna comunhão com Deus, Adão e Eva tinham de obedecer a Deus de modo perfeito por um período de tempo. Então, Deus teria olhado para sua obediência fiel com prazer e deleite, e eles teriam vivido em comunhão com o Senhor para sempre.

2. Os sofrimentos de Cristo por nós (às vezes chamados “obediência passiva”).

Além de obedecer à lei de modo perfeito por toda a sua vida em nosso favor, Cristo tomou também sobre si mesmo os sofrimentos necessários para pagar a penalidade pelos nossos pecados.

a. Sufrimento por toda a sua vida. Num sentido mais amplo a pena que Cristo suportou ao pagar nossos pecados foi um sofrimento tanto em seu corpo como em sua alma ao longo da vida. Embora os sofrimentos de Cristo tenham culminado em sua morte sobre a cruz (veja abaixo), toda a sua vida num mundo caído envolveu sofrimento. Por exemplo, Jesus suportou tremendo sofrimento durante a tentação no deserto (Mt 4.1-11), quando foi submetido por quarenta dias aos ataques de Satanás.⁵

b. A dor da cruz. Os sofrimentos de Jesus se intensificaram à medida que ele se aproximava da cruz. Ele compartilhou com os discípulos algo da agonia que estava vivendo quando disse: “A minha alma está profundamente triste até à morte” (Mt 26.38). Foi especialmente sobre a cruz que os sofrimentos de Jesus por nós atingiram seu clímax, pois foi ali que ele suportou o castigo pelo nosso pecado e morreu em nosso lugar. As Escrituras nos ensinam que havia quatro diferentes aspectos da dor que Jesus experimentou:

(1) Dor física e morte

Não precisamos sustentar que Jesus sofreu mais dor física do que qualquer ser humano jamais sofreu, pois em nenhuma passagem a Bíblia faz tal alegação. Mas ainda não podemos esquecer que a morte por crucificação era uma das formas mais horríveis de execução que o homem já inventou..

(2) A dor de carregar o pecado

Mais horrível que a dor do sofrimento físico que Jesus suportou foi a dor psicológica de carregar a culpa pelo nosso pecado. Em nossa própria experiência como cristãos conhecemos um pouco da angústia que sentimos quando sabemos que pecamos. O peso da culpa nos oprime o coração, e há um amargo sentimento de separação de tudo que é correto no universo, uma consciência de algo que num sentido bem profundo não devia existir. Na verdade, quanto mais crescemos em santidade como filhos de Deus, sentimos de modo mais intenso essa repugnância instintiva diante do mal.

(3) Abandono

A dor física da crucificação e a dor de carregar sobre si mesmo o mal absoluto de nossos pecados foram agravadas pelo fato de Jesus ter enfrentado essa dor sozinho. No Getsêmani, quando Jesus levou consigo Pedro, Tiago e João, confidenciou-lhes um pouco de sua agonia: “A minha alma está profundamente triste até à morte; ficai aqui e vigiai” (Mc 14.34). Esse é o tipo de confiança que se faz a um amigo íntimo e implica um pedido de apoio em sua hora da maior provação. Porém, quando Jesus foi preso, “os discípulos todos, deixando-o, fugiram” (Mt 26.56).

(4) A dor de suportar a ira de Deus

Mais difícil ainda que esses três aspectos da dor de Jesus foi a dor de suportar sobre si a ira de Deus. Como Jesus carregava sozinho a culpa de nossos pecados, Deus Pai, o poderoso Criador, o Senhor do universo, derramou sobre ele a fúria de sua ira: Jesus se tornou objeto do intenso ódio e da vingança contra o pecado que Deus tinha guardado com paciência desde o início do mundo.

c. Outras reflexões sobre a morte de Cristo

(1) O castigo foi infligido por Deus Pai

Se perguntarmos “Quem exigiu que Cristo pagasse a pena pelos nossos pecados?”, a resposta dada pelas Escrituras é que o castigo foi aplicado por Deus Pai como representante dos interesses da Trindade na redenção. Foi a justiça de Deus que exigiu que o pecado fosse pago, e, entre os membros da Trindade, era Deus Pai quem tinha o papel de exigir esse pagamento. Deus Filho voluntariamente assumiu o papel de suportar o castigo pelo pecado.

(2) Não um sofrimento eterno, mas um pagamento integral

Se tivéssemos de pagar a pena de nossos próprios pecados, teríamos de sofrer eternamente separados de Deus. Porém, Jesus não sofreu eternamente. Existem duas razões para essa diferença:

- (a) Se sofrêssemos pelos nossos próprios pecados, nunca seríamos capazes de nos colocar novamente em condição correta com Deus por nós mesmos. Não haveria nenhuma esperança, pois não poderíamos viver de novo e conseguir justiça perfeita diante de Deus, e não haveria nenhum modo de desfazer nossa natureza pecaminosa e torná-la justa diante de Deus.
- (b) Jesus era capaz de receber toda a ira de Deus contra nosso pecado e sofrê-la até o fim. Nenhum homem comum poderia jamais fazer isso, mas em virtude da união das naturezas divina e humana em sua pessoa, Jesus era capaz de receber toda a ira de Deus contra o pecado e sofrê-la até o fim. Isaías predisse que Deus “verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito” (Is 53.11).

(3) O significado do sangue de Cristo

O Novo Testamento muitas vezes liga o sangue de Cristo com nossa redenção. Por exemplo, Pedro diz: “... sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo” (1Pe 1.18-19).

(4) A morte de Cristo como “substituição penal”

A concepção da morte de Cristo apresentada aqui tem sido chamada com frequência a teoria da “*substituição penal*”. A morte de Cristo foi “penal” pelo fato de ter ele cumprido uma pena quando morreu. Sua morte foi também uma “substituição” pelo fato de ter ele sido nosso substituto quando morreu.

d. Termos do Novo Testamento que descrevem diferentes aspectos da expiação. A obra expiatória de Cristo é um evento complexo que tem vários efeitos sobre nós. O Novo Testamento usa diferentes palavras para descrevê-los; vamos examinar quatro termos mais importantes. Eles mostram como a morte de Cristo atendeu a quatro necessidades que temos como pecadores:

(1) **Sacrifício**

Para pagar a pena de morte que merecemos por causa de nossos pecados, Cristo morreu como sacrifício por nós. Ele “se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado” (Hb 9.26).

(2) **Propiciação**

Para nos livrar da ira de Deus que merecemos, Cristo morreu como propiciação pelos nossos pecados. “Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 4.10).

(3) **Reconciliação**

Para vencer a nossa separação de Deus, precisávamos de alguém que proporcionasse reconciliação e dessa forma nos trouxesse de volta à comunhão com Deus. Paulo diz que Deus “nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação” (2Co 5.18-19).

(4) **Redenção**

Uma vez que como pecadores estamos escravizados ao pecado e a Satanás, precisamos de alguém que nos proporcione redenção e, dessa forma, nos “redima” de nossa servidão. Quando falamos em redenção, entra em foco a idéia de “resgate”. Resgate é o preço pago para redimir alguém da escravidão ou cativeiro. Jesus disse de si mesmo: “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.45).

[...]

D. OS OFÍCIOS DE CRISTO

Os três cargos mais importantes que poderiam existir para o povo de Israel no Antigo Testamento eram: o *profeta* (como Natã, 2Sm 7.2), o *sacerdote* (como Abiatar, 1Sm 30.7) e o *rei* (como Davi, 2Sm 5.3). Esses três ofícios eram distintos. O profeta falava as palavras de Deus ao povo; o sacerdote oferecia sacrifícios, orações e louvores a Deus em favor do povo; e o rei governava o povo como representante de Deus. Esses três ofícios prefiguravam a própria obra de Cristo de várias maneiras.

A. CRISTO COMO PROFETA

Os profetas do Antigo Testamento transmitiam a palavra de Deus ao povo. Moisés foi o primeiro grande profeta e escreveu os cinco primeiros livros da Bíblia, o Pentateuco. Depois vieram outros que falaram e escreveram as palavras de Deus. Mas Moisés predisse que um dia viria outro profeta como ele.

B. CRISTO COMO SACERDOTE

No Antigo Testamento, os sacerdotes eram designados por Deus para oferecer sacrifícios. Eles também ofereciam orações e louvores a Deus em favor do povo. Ao agir assim “santificavam” as pessoas, ou tornavam-nas aceitáveis à presença de Deus, se bem que de forma limitada durante o período do Antigo Testamento. No Novo Testamento, Jesus tornou-se nosso grande

sumo sacerdote. Esse tema é bem desenvolvido na carta aos Hebreus, na qual vemos que Jesus atua como sacerdote de duas maneiras.

1. Jesus ofereceu um sacrifício perfeito pelo pecado.

O sacrifício que Jesus ofereceu pelos pecados não foi o sangue de animais como touros ou bodes: "... porque é impossível que o sangue de touros e bodes remova pecados" (Hb 10.4). Em vez disso, Jesus ofereceu a si mesmo como sacrifício perfeito: "... ao se cumprirem os tempos, se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, *pelo sacrifício de si mesmo, o pecado*" (Hb 9.26).

2. Jesus nos aproxima continuamente de Deus.

Os sacerdotes do Antigo Testamento não apenas apresentavam sacrifícios, mas também compareciam de modo representativo na presença de Deus, de tempos em tempos, em favor do povo. Mas Jesus faz muito mais do que isso. Como nosso perfeito sumo sacerdote, ele continuamente *nos conduz* à presença de Deus, de forma que não temos mais a necessidade de um templo em Jerusalém nem de um sacerdócio especial que se coloque entre nós e Deus.

3. Como sacerdote, Jesus ora continuamente por nós.

Outra função sacerdotal no Antigo Testamento era orar a favor das pessoas. O autor de Hebreus nos diz que Jesus também cumpre essa função: "... também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre *para interceder por eles*" (Hb 7.25). Paulo afirma a mesma coisa quando diz que Cristo Jesus é aquele que intercede por nós (Rm 8.34).

C. CRISTO COMO REI

No Antigo Testamento o rei tinha autoridade para governar a nação de Israel. No Novo Testamento, Jesus nasceu para ser o Rei dos judeus (Mt 2.2), mas recusou todas as tentativas feitas pelo povo para fazê-lo um rei terreno com um poder militar e político terreno (Jo 6.15). Ele disse a Pilatos: "O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui" (Jo 18.36).

D. NOSSO PAPEL COMO PROFETAS, SACERDOTES E REIS

Se olharmos para a situação de Adão antes da queda e para a nossa situação futura com Cristo no céu por toda a eternidade, poderemos ver que esses papéis de profeta, sacerdote e rei têm paralelo com a experiência que Deus originariamente pretendia que o homem tivesse e serão cumpridos na nossa vida no céu.

Reflexão 3

Qual o significado prático da encarnação de Cristo à luz de João 1 e I João 1.1-4?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCROFT, E. H. *Teologia Elementar*. São Paulo: Editora Batista Regular, 1999.
BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Luz Para o Caminho, 1990.
BARTH, Karl. *Introdução à Teologia Evangélica*. 5.ed. rev. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
BIBLIA ON LINE 3.0 Módulo Avançado. Sociedade Bíblica do Brasil. CD ROM. São Paulo, 2002.

- CHEUNG, Vincent. *Teologia Sistemática*. Disponível em: <http://monergismo.com/?p=789> 2001,2003. Acesso em: 11. Nov. 2009.
- DOCKERY, David S. (edit.) *Manual Bíblico Vida Nova*. São Paulo: Vida nova, 2001.
- DOUGLAS, J. D. (org.) *O Novo dicionário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- ERICKSON, Millard J. *Introdução à Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- FERRAZ, Luiz Antonio. Teologia. 3 de janeiro de 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra,1996.
- GEISLER, Norman; NIX, Willian. *Introdução Bíblica: como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: Vida, 1997.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, Nova Cultural, 1998, vol 12, p. 3013-16.
- GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- MEDRADO, Eudaldo Freitas. *Introdução à Teologia*. Disponível em: <http://www.famedrado.kit.net/Canal%2004/01.htm> Acesso em: 11 nov. 2009.
- MORAES, José Geraldo V. de. *Caminhos das civilizações: da pré-história aos dias atuais*. São Paulo: Atual, 1993.
- PERLMAN, Myer. *Conhecendo as doutrinas da Bíblia*. São Paulo: Vida, 1970.
- HARRIS, R. Laird (et at.) *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998,
- SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- SAYÃO, Luiz. *Teologia Bíblica em contraste com a Teologia Sistemática*. Disponível em: http://www.vidaacademica.net/v1/content.asp?id_conteudo=280>Acesso em: 11. abr. 08.
- VILLELA, Franklin. *Apostila de Filosofia da Educação*. Universidade Guarulhos, 2007.